



Gabinete do Prefeito

## LEI Nº 1.134/2009

**EMENTA: Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias e dá outras providências.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DO EXU, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores – Plenário Luiz Gonzaga, em Sessão Ordinária do dia 27 de agosto de 2009, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

### CAPÍTULO I DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO 2010

#### Seção Única Das Disposições Preliminares

Art. 1º Esta Lei estabelece as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2010, em cumprimento as disposições do § 2º e inciso II do caput do art. 165 da Constituição Federal, do § 1º do art. 124 da Constituição do Estado de Pernambuco e da Lei Complementar à Constituição Federal n.º 101, de 2000, compreendendo orientação para:

- I - elaboração da proposta orçamentária do Município para o exercício de 2010, compreendendo o orçamento fiscal e da seguridade social;
- II - organização, execução e alterações dos orçamentos;
- III - prioridades e metas da Administração Municipal;
- IV - disposições sobre o equilíbrio entre receitas e despesas;
- V - disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais, inclusive sobre remuneração e admissão a qualquer título;
- VI - disposições sobre dívidas, inclusive com órgãos previdenciários;
- VII - critérios para limitação de empenho, na ocorrência de arrecadação da receita inferior ao esperado, de modo a comprometer as metas de resultado primário e nominal previstos para o exercício;
- VIII - exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas, subvenções e auxílios;
- IX - disposições sobre condições para o Município auxiliar o custeio de despesas próprias do Estado ou da União;
- X - disposições sobre alteração na legislação tributária e incremento de receita;
- XI - disposições sobre o controle das despesas obrigatórias de caráter continuado;
- XII - disposições gerais.



Gabinete do Prefeito

## CAPÍTULO II DAS PRIORIDADES, METAS E RISCOS FISCAIS

### Seção I Das Prioridades e Metas

Art.2º As prioridades e metas da Administração Pública Municipal, constantes desta Lei e de seus anexos, estabelecidas em consonância com a legislação constitucional e infraconstitucional específica, terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

Parágrafo único - No projeto de Lei Orçamentária, a destinação de recursos relativos aos programas sociais conferirá prioridades às áreas de menor índice de desenvolvimento humano.

### Seção II Anexo de Prioridades

Art. 3º As prioridades para elaboração e execução do Orçamento Municipal de 2010 constam do Anexo de Prioridades.

§ 1º Os programas prioritários, para execução durante o exercício de 2010, estão identificados por função, programas e objetivos no Anexo 1, que integra esta Lei, em sintonia com o Plano Plurianual 2006/2009 revisado para execução no exercício de 2009.

§ 2º As ações dos programas prioritários integrarão a proposta orçamentária para 2010, por meio dos projetos e atividades a eles relacionados.

### Seção III Do Anexo de Metas Fiscais

Art. 4º O Anexo de Metas Fiscais dispõe sobre as metas anuais, em valores constantes e correntes, de receitas e de despesas, os resultados nominal e primário, o montante da dívida pública, para o exercício de 2010 e para os dois seguintes, bem como a avaliação do cumprimento de metas referidas no § 2º do art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, por meio dos demonstrativos de Metas anuais; Avaliação do cumprimento das metas do exercício anterior; Metas fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores; Evolução do patrimônio líquido; Origem e aplicação dos recursos obtidos com alienação de ativos; Avaliação da situação financeira e atuarial do regime próprio de previdência social dos servidores públicos; Estimativa e compensação da renúncia de receita; Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado



*Gabinete do Prefeito*

§ 1º O Anexo de Metas Fiscais integra esta Lei por meio do Anexo 2, onde os demonstrativos descritos nos incisos I a VIII do caput estão estruturados de acordo com os critérios nacionalmente unificados pela Secretaria do Tesouro Nacional, nos termos do § 2º do art. 50 da Lei Complementar nº 101, de 2000, consoante manual de elaboração aprovado pela Portaria STN nº 575, de 30 de agosto de 2007 e instruídos com metodologia e memória de cálculo para metas anuais de receitas, despesas, resultado primário, resultado nominal e montante da dívida pública.

§ 2º Na elaboração da proposta orçamentária para 2010, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas fiscais estabelecidas nesta Lei e identificadas no Anexo 2, com a finalidade de compatibilizar as despesas orçadas com a receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio orçamentário.

#### **Seção IV Do Anexo de Riscos Fiscais**

Art.5º O Anexo de Riscos Fiscais, que integra esta Lei por meio do Anexo 3, dispõe sobre a avaliação dos passivos contingentes capazes de afetar as contas públicas e informa as providências a serem tomadas, caso os riscos se concretizem.

§1º Os recursos de reserva de contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo se for o caso, e como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais, consoante inciso III do art. 5º da Lei Complementar nº 101/2000.

§2º Os orçamentos para o exercício de 2010 destinarão recursos para reserva de contingência, não inferiores a 1% (um por cento) das receitas correntes líquidas previstas para o referido exercício.

#### **Seção V Avaliação do Cumprimento de Metas**

Art. 6º Durante o exercício será avaliado o cumprimento das metas fiscais em audiências públicas para cumprimento do disposto no § 4º do art. 9º da Lei Complementar nº 101/2000.

### **CAPÍTULO III ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS**

#### **Seção I Das Definições e Classificações Orçamentárias**

Art.7º Na elaboração e execução dos orçamentos serão respeitados os dispositivos, conceitos e definições da Lei Complementar Nº 101, de 2000, da Lei



*Gabinete do Prefeito*

Federal nº 4.320, de 17.03.64 e dos respectivos regulamentos editados pela Secretaria do Tesouro Nacional, entidades normativas e de controle.

§1º Os fundos poderão constar dos orçamentos como unidades supervisionadas.

§2º A Lei Orçamentária evidenciará as receitas e despesas de cada uma das unidades administrativas ou gestoras, inclusive vinculadas a fundos, autarquias e aos orçamentos fiscal e da seguridade social, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza e modalidade de aplicação, tudo de conformidade com a Portaria Nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão, a Portaria Interministerial nº 163, de 4 de maio de 2001 e atualizações posteriores.

§3º Cada programa será identificado no orçamento, onde as dotações respectivas conterão os recursos para realização das ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades e projetos, especificados valores e as unidades orçamentárias responsáveis pela realização.

§ 4º Quadro de Detalhamento da Despesa discriminará os elementos de despesa de cada grupo de natureza de despesa.

§ 5º As dotações relacionadas com operações especiais constarão dos orçamentos, no entanto, nos termos da Portaria MOG nº 42/1999, não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, devendo as despesas vinculadas a esta classificação orçamentária serem identificadas pelo dígito zero e o programa de trabalho por quatro zeros, na Função 28 - Encargos Especiais e destinam-se as despesas de:

- I - Amortização, juros e encargos de dívida;
- II - Precatórios e sentenças judiciais;
- III - Indenizações;
- IV - Restituições, inclusive de saldo de convênios;
- V - Amortização de passivo atuarial de RPPS, na forma da Lei.

§ 6º A receita será classificada na conformidade do Anexo I e demais disposições da Portaria Interministerial nº 163/2001 e atualizações posteriores, inclusive receitas intra-orçamentárias.

§7º A classificação institucional identificará as unidades orçamentárias agrupadas em seus respectivos órgãos.

§ 8º A vinculação entre os programas constantes do PPA, os projetos e atividades incluídos no orçamento municipal e a relação do Anexo de Prioridades, desta Lei, será evidenciada por meio da indicação do histórico descritor, objetivos e/ou da função de governo respectiva.



Gabinete do Prefeito

## **Seção II Organização dos Orçamentos**

Art.8º Os orçamentos, fiscal e da seguridade social, compreenderão a programação dos Poderes Legislativo e Executivo, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Município e discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação, com suas respectivas dotações, a modalidade de aplicação, fontes de recursos e grupos de despesas estabelecidos nacionalmente pela Portaria Interministerial nº 163, de 2001.

§1º A Reserva de Contingência, prevista no Inciso III do art. 5º da Lei Complementar nº 101, de 2000, será identificada pelo dígito 9 (nove) e isolado dos grupos, no que se refere à natureza de despesa.

§2º O orçamento da seguridade social será elaborado de forma integrada, nos termos do § 2º do art. 195 da Constituição Federal.

Art.9º Na elaboração da proposta orçamentária do Município, para o exercício de 2009, será assegurado o equilíbrio entre receitas e despesas, ficando vedada à consignação de crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada e permitida a inclusão de projetos genéricos, consoante disposições da Lei Complementar nº 101, de 2000.

## **Seção III Projeto de Lei Orçamentária**

Art.10. O Projeto de Lei do Orçamento Anual para o exercício de 2010 será elaborado de forma compatível com as disposições do inciso II do caput e §2º do art. 165 da Constituição Federal, com o §1º do art. 124 da Constituição do Estado de Pernambuco, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 22/2003 e desta Lei, compreende o orçamento fiscal e da seguridade social e será constituído de:

- I - Texto da lei;
- II - Anexos;
- III - Mensagem.

§1º O texto da lei orçamentária conterá as informações exigidas no § 8º do art.165 da Constituição Federal, nas disposições da Lei Complementar nº 101, de 2000 e na Lei Federal nº 4320, de 1964.

§2º A composição dos anexos de que trata o inciso II do caput deste artigo será por meio de quadros orçamentários consolidados, incluindo os anexos definidos pela Lei 4.320/64 e outros estabelecidos para atender disposições legais, conforme discriminação abaixo:

*Gabinete do Prefeito*

I - Quadro de discriminação da legislação da receita;  
II - Demonstrativo do efeito sobre receitas e despesas decorrentes de: anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira e tributária;

III - Tabela explicativa da evolução da receita arrecadada nos exercícios de 2007 e 2008, bem como a estimativa para 2009;

IV - Tabela explicativa da evolução da despesa realizada nos exercícios de 2007 e 2008 e fixada para 2009;

V - Demonstrativo consolidado da receita resultante de impostos e da despesa consignada para manutenção e desenvolvimento do ensino no exercício de 2010, bem como o percentual orçado para aplicação no referido exercício, consoante art. 212 da Constituição Federal;

VI - Demonstrativo consolidado do percentual das receitas indicadas no art. 77 do ADCT da Constituição Federal e das despesas fixadas na proposta orçamentária para 2010 destinadas às ações e serviços de saúde;

VII - Demonstrativos dos recursos destinados ao atendimento e desenvolvimento de programas e ações de assistência à criança e ao adolescente;

VIII - Demonstrativo da receita e despesa segundo as categorias econômicas, anexo 1 da Lei 4.320/64;

IX - Receitas segundo as categorias econômicas, anexo 2 da Lei 4.320/64;

X - Receita consolidada por categorias econômicas, anexo 2 Lei 4.320/64;

XI - Natureza da despesa por categoria econômica, por unidade orçamentária, anexo 2 da Lei nº 4.320/64;

XII - Natureza da despesa consolidada por categoria econômica, anexo 2 da Lei 4.320/64;

XIII - Demonstrativo da despesa por programa de trabalho, projeto, atividade e operação especial, por unidade orçamentária, anexo 6 da Lei 4.320/64;

XIV - Demonstrativo dos programas de trabalho, indicando funções, sub-funções, projetos e atividades, anexo 7 da Lei 4.320/64;

XV - Demonstrativo da despesa por funções, sub-funções e programas conforme o vínculo, anexo 8 da Lei 4.320/64;

XVI - Demonstrativo da despesa por órgãos e funções, anexo 9 da Lei 4.320/64;

XVII - Demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com prioridades, objetivos e metas desta Lei;

XVIII - Demonstrativo para atendimento do §6º do art. 165 da Constituição Federal;

§ 3º A mensagem, de que trata o inciso III do caput deste artigo, conterá:

I - Análise da conjuntura econômica enfocando os aspectos que influenciem o desempenho da economia do Município;

*Gabinete do Prefeito*

- II - Resumo da política econômica e social do Governo Municipal;
- a) Justificativa da estimativa e da fixação de receitas e despesas;
  - b) Informações sobre a metodologia de cálculo e justificativa da estimativa da receita e da fixação da despesa.

§ 4º Não poderão ser incluídos na Lei Orçamentária projetos novos com recursos provenientes da anulação de projetos em andamento.

§5º Serão consignadas atividades distintas para despesas com pessoal de magistério e outras despesas de pessoal do ensino.

§6º No projeto de Lei Orçamentária, as receitas e as despesas serão orçadas em moeda nacional, segundo os preços vigentes em junho de 2009 e classificadas de acordo com o Manual de Procedimentos da Receita Pública, aprovado pela Portaria Conjunta nº 2, de 8 de agosto de 2007.

§7º Na estimativa das receitas considerar-se-á a tendência do presente exercício, as perspectivas para a arrecadação no exercício de 2010 e as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§8º As despesas e as receitas serão demonstradas de forma sintética e agregada e evidenciado "déficit" ou "superávit" corrente, no orçamento anual.

§9º O valor da dotação destinada à reserva de contingência não poderá ser inferior a 1% (um por cento) da receita corrente líquida.

§10. Constarão do orçamento dotações destinadas à execução de projetos a serem executados com recursos oriundos de transferências voluntárias do Estado e da União, incluídas as contrapartidas.

§11. Não se incluem no limite de suplementação previsto no §11 as dotações do mesmo grupo, para atendimento das seguintes despesas:

- I - pessoal e encargos sociais;
- II - pagamentos do sistema previdenciário;
- III - pagamento do serviço da dívida;
- IV - pagamento das despesas correntes relativas à operacionalização do Sistema Único de Saúde e do Sistema Municipal de Ensino;
- V - transferências de fundos ao Poder Legislativo.

Art.11. Será considerada a obtenção de superávit primário na elaboração do projeto, na aprovação e execução da Lei Orçamentária para 2010, bem como deverá ser evidenciada a transparência da gestão, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade as informações, inclusive por meio eletrônico na Internet.

**Seção IV**  
**Das Alterações e do Processamento**



Gabinete do Prefeito

Art.12. A proposta orçamentária poderá ser emendada, respeitadas as disposições do art. 166, §3º da Constituição Federal, devendo o orçamento ser devolvido a sanção do Poder Executivo devidamente consolidado, com todos os anexos.

§1º O Prefeito do Município poderá enviar mensagem à Câmara Municipal para propor modificações no projeto de lei do orçamento anual, enquanto não iniciada a votação na Comissão específica.

§ 2º Poderão constar da proposta orçamentária dotações para programas, projetos e atividades constantes de projeto de lei de alteração do plano plurianual em tramitação na Câmara de Vereadores.

Art.13. As alterações decorrentes da abertura e reabertura de créditos adicionais integrarão os quadros de detalhamento da despesa.

Art. 14. No processamento do orçamento e da contabilidade será utilizado software de contabilidade e orçamento público que deverá:

I - processar a contabilidade em partidas dobradas nos sistemas orçamentário, financeiro, patrimonial e compensado;

II - possuir centro de custos que identifique os gastos para propiciar avaliação de resultados, nos termos do regulamento aprovado por Decreto;

III - atender a Lei 4.320/64, incluídas as disposições regulamentares e atualizações posteriores;

IV - permitir o processamento dos demonstrativos que integram os Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária e de Gestão Fiscal, nos termos da regulamentação estabelecida pela Secretaria do Tesouro Nacional.

§ 1º Durante a execução orçamentária o Poder Executivo poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais nos orçamentos das unidades administrativas e gestoras, na forma de crédito adicional especial, observada a Lei 4.320, de 1964 e atualizações posteriores, desde que autorizado pela Câmara de Vereadores por meio de lei.

#### CAPÍTULO IV DAS RECEITAS

##### Seção Única Da Receita Municipal

Art. 15. Na elaboração da proposta orçamentária para 2010, observadas as disposições da Lei Complementar nº 101/2000, para efeito de previsão de receita, deverão ser considerados os seguintes fatores:

I - efeitos decorrentes de alterações na legislação;





*Gabinete do Prefeito*

- II - variações de índices de preços;
- III - crescimento econômico;
- IV - evolução da receita nos últimos três anos.

§1º A estimativa da receita para 2010 consta de demonstrativos do Anexo 2 desta Lei, conforme metodologia de cálculo que integra o Anexo de Metas Fiscais.

§2º O montante estimado para receita de capital, constante nos anexos desta LDO para 2010, poderá ser modificado na proposta orçamentária, para atender previsão de repasses, destinados a investimentos, ficando a execução da despesa condicionada a viabilização das transferências dos recursos respectivos.

§ 3º A reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo só será permitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal, nos termos do § 1º, do art. 12 da Lei Complementar nº 101/2000, devidamente demonstrada.

Art. 16. Para cumprimento do disposto no § 3º do art. 12 da Lei Complementar nº 101/2000, poderão ser consideradas as receitas estimadas nos anexos desta Lei para o exercício de 2010.

Art.17. A concessão de incentivo ou benefício fiscal de natureza tributária da qual ocorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro, consoante disposições da Lei Complementar nº 101/2000.

**CAPÍTULO V**  
**DA DESPESA PÚBLICA**  
**Seção I**  
**Despesas com Pessoal**

Art.18. No exercício financeiro de 2010, as despesas com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo observarão as disposições contidas nos artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

§ 1º A revisão da remuneração dos servidores e o subsídio de que trata o §º 4, do art. 39 da Constituição da República, para o exercício de 2010, será autorizada por lei específica, observada a iniciativa de cada Poder, sempre na mesma data e sem distinção de índices, consoante inciso X do art. 37 da Carta Federal.

§ 2º Poderá haver expansão das ações do Governo Municipal que venham a implicar em aumento de despesa com pessoal, desde que sejam respeitados os limites legais.

§ 3º No caso da despesa de pessoal chegar a ultrapassar o percentual de 95% (noventa e cinco por cento) da Receita Corrente Líquida, estabelecido no art. 20,



*Gabinete do Prefeito*

inciso III, alínea "b" da Lei Complementar nº 101/2000, fica vedada a realização de despesas com hora extra, ressalvadas as áreas de saúde e educação e os casos de necessidade temporária de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente.

§ 4º Fica o Poder Público autorizado a criar cargos e admitir pessoal mediante concurso público de provas ou provas e títulos, e contratação temporária por excepcional interesse para atender as necessidade da administração direta, indireta e empresas públicas.

Art. 19. Para atendimento das disposições do art. 7º da Lei Federal nº 9.424, de 24.12.96, bem como para pagar o valor do salário mínimo definido no inciso IV do art. 7º da Constituição Federal, fica o Poder Executivo autorizado a conceder abono salarial aos profissionais de magistério e aos servidores municipais, que serão compensados quando da concessão de reajuste autorizado por Lei.

Art. 20. Na hipótese de Emenda Constitucional e Lei modificando a estrutura do FUNDEB, com vigência ainda no exercício de 2010, as disposições do caput deste artigo serão adequadas à nova norma, no que couber.

Art. 21. Havendo necessidade de redução das despesas de pessoal, para atendimento aos limites estabelecidos na Lei Complementar nº 101/2000, o Poder Executivo adotará as seguintes medidas:

- I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- II - eliminação de despesas com horas-extras;
- III - exoneração de servidores ocupantes de cargos em comissão;
- IV - rescisão de contratos de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 22. As providências estabelecidas no art. 19 serão harmonizadas com as disposições constitucionais e da legislação pertinente.

Art. 23. O Município poderá incluir na proposta orçamentária dotação destinada ao custeio de despesas com programa de demissão voluntária de servidores.

## **Seção II**

### **Despesas com Regime de Previdência Social**

Art.24. Serão Incluídas dotações no orçamento de 2010 para realização de despesas em favor dos regimes de previdência social, inclusive cobertura de passivo atuarial de Regime Próprio de Previdência Social, se for o caso.

Art. 25 A estruturação e/ou manutenção de Regime Próprio de Previdência Social, consoante disposições do art. 149 e § 1º da Constituição Federal, obedecerá



*Gabinete do Prefeito*

à legislação vigente, especialmente no tocante a contabilidade previdenciária nos termos da Portaria MPS nº 916, de 15 de julho de 2003 e atualizações posteriores.

Art.26. Os relatórios e demonstrativos exigidos pela legislação vigente serão publicados pelo gestor do RPPS, nas datas especificadas em lei e regulamento.

Art. 27. O Município poderá contratar serviços de consultorias e assessorias, contábeis, financeiras, atuariais, previdenciárias e jurídicas para o Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, onde se inclui cálculos e análises financeiras e atuariais.

Art. 28. O orçamento da previdência poderá integrar a proposta orçamentária por meio de unidade gestora supervisionada.

Art. 29. Adotar-se-á o conceito de Receita Intra-Orçamentária para contrapartida das despesas realizadas na Modalidade de Aplicação “91-Aplicação Direta Decorrente de Operações entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social”, consoante da Portaria Interministerial nº 688, de 14 de outubro de 2005.

### **Seção III**

#### **Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino**

Art.30. Deverão ser observadas as disposições decorrentes de Emenda Constitucional que criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), inclusive as adequações orçamentárias que se fizerem necessárias no Município, as quais serão feitas por meio de Decreto, inclusive quanto à mudança de classificação para atender à legislação superveniente.

Art. 31. O Poder Executivo disponibilizará aos Conselhos de Educação e de Controle Social do Ensino e aos Órgãos de Controle Externo, bem como publicará em local visível no prédio da Prefeitura e da Câmara Municipal de Vereadores o Demonstrativo Anexo X do Relatório Resumido de Execução Orçamentária, para acompanhamento da aplicação de receitas no ensino.

### **Seção IV**

#### **Despesas com Programas, Ações e Serviços de Saúde**

Art.32. O Poder Executivo disponibilizará ao Conselho Municipal de Saúde, aos órgãos de Controle Externo e publicará em local visível do Prédio da Prefeitura e da Câmara de Vereadores o Demonstrativo Anexo XVI do Relatório Resumido de Execução Orçamentária, para conhecimento da aplicação de recursos em ações e serviços públicos de saúde.

Art. 33. O Gestor do Fundo Municipal de Saúde elaborará a programação financeira do Fundo, executará o orçamento, emitirá balancetes de receitas e



*Gabinete do Prefeito*

despesas, mensalmente, e dará conhecimento ao Conselho Municipal de Saúde, até o trigésimo dia útil após o mês do recebimento.

Art. 34. Gestor do Fundo Municipal de Saúde apresentará relatório detalhado contendo, dentre outros, dados sobre o montante e a fonte de recursos aplicados, as auditorias concluídas no período, bem como sobre oferta e produção de serviços na rede assistencial própria, contratada e conveniada, em audiências públicas, nos termos da Lei Federal nº 8.689, de 27 de julho de 1993.

### **Seção V**

#### **Repasse de Recursos ao Poder Legislativo**

Art.35. Os repasses de recursos ao Poder Legislativo serão feitos pela Prefeitura até o dia vinte de cada mês, nos termos art. 29-A da Constituição Federal.

Art. 36. À Câmara de Vereadores enviará a Prefeitura cópia dos balancetes orçamentários, até o décimo dia útil do mês subsequente, para efeito de processamento consolidado e cumprimento das disposições do art. 74 da Constituição Federal, bem como propiciar a elaboração dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária e de Gestão Fiscal exigidos pela Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 37. O repasse dos recursos à Câmara de Vereadores, relativos ao mês de janeiro de 2010, poderá ser feito com base na mesma proporção utilizada no mês de dezembro de 2009, devendo ser ajustada, em fevereiro de 2010, eventual diferença que venha a ser conhecida, para mais ou para menos, quando todos os balanços estiverem publicados e calculados os valores exatos das fontes de receita do exercício anterior, que formam a base de cálculo estabelecida pelo art. 29-A da Constituição Federal para repasses de fundos ao Poder Legislativo.

### **Seção VI**

#### **Transferências Voluntárias, Ações e Serviços de Outros Governos**

Art.38. Os projetos e atividades constantes da Lei Orçamentária para 2010 com dotações vinculadas a fontes de recursos oriundos de transferências voluntárias, só serão executados e utilizados, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 39. Poderão ser estimadas receitas e fixadas despesas no orçamento para 2010, destinadas aos investimentos constantes no PPA, citados no art. 38, em valores superiores àqueles estimados nos anexos desta Lei, desde que haja perspectiva de transferências voluntárias para o Município superiores a estimativa constante nesta LDO, devendo haver justificativa na mensagem que acompanhar a proposta orçamentária.

*Gabinete do Prefeito*

Art.40. O Município poderá celebrar convênio com órgãos e entidades do Estado ou da União para cooperação técnica e financeira, na forma da Lei, bem como incluir dotações específicas para custeio de despesas resultantes destes convênios no orçamento de 2010, para o custeio de despesas referentes a atividades ou serviços cujas despesas são próprias de outros governos.

Art.41. Os convênios, contratos, acordos ou ajustes firmados com outros entes federativos, destinar-se-ão, preferencialmente, a desenvolver programas nas áreas de educação, cultura, saúde e assistência social, bem como infra-estrutura, saneamento básico, combate aos efeitos de alterações climáticas, preservação do meio ambiente e promoção de atividades geradoras de empregos no âmbito do Município.

### **Seção VII**

#### **Repasses a Instituições Privadas**

Art.42. Poderá ser incluída na proposta orçamentária para 2010, bem como em suas alterações, dotações a título de transferências de recursos orçamentários a instituições privadas sem fins lucrativos, não pertencentes ou não vinculadas ao Município, a título de subvenções sociais, nos termos da Lei, e sua concessão dependerá:

I - de que as entidades sejam de atendimento direto ao público nas áreas de assistência social, saúde ou educação e estejam, devidamente, registradas nos termos da legislação vigente;

II - de que exista lei específica autorizando a subvenção;

III - da existência de prestação de contas de recursos recebidos no exercício anterior, que deverá ser encaminhada, pela entidade beneficiária, até o último dia útil do mês de janeiro do exercício subsequente, ao setor financeiro da Prefeitura, na conformidade *do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal*, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 19/98 e das disposições da Resolução T.C. Nº 05/93 de 17.03.93, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e atualizações posteriores;

IV - da comprovação, por parte da instituição, do seu regular funcionamento, mediante atestado firmado por autoridade competente;

V - da apresentação dos respectivos documentos de constituição da entidade, até 30 de agosto de 2010;

VI - da comprovação que a instituição está em situação regular perante o INSS e o FGTS, conforme artigo 195, § 3º, da Constituição Federal e perante a Fazenda Municipal, nos termos do Código Tributário do Município;

VII - de não se encontrar em situação de inadimplência no que se refere a Prestação de Contas de subvenções recebidas de órgãos públicos de qualquer esfera de governo.

Art. 43. Integrará o convênio, que formalizará a subvenção, plano de aplicação, conforme disposições do art. 116 e § 1º da Lei Federal nº 8.666/93 e



*Gabinete do Prefeito*

atualizações posteriores, respeitadas, ainda, disposições da Instrução Normativa STN n° 01/97, no que couber.

§1° Sem prejuízo das demais disposições legais e regulamentares, o plano de trabalho, de que trata o art. 43 desta Lei, conterà objetivos, justificativas, metas a serem atingidas com a utilização dos recursos e cronograma de desembolso.

§2° Não constará da proposta orçamentária para o exercício de 2010 dotação para as entidades que não atenderem ao disposto nos incisos I, III, IV e V do art. 42 desta Lei.

Art. 44. Também serão permitidos repasses às instituições privadas, sem fins lucrativos, de natureza artística, cultural e esportiva, consoante disposições dos artigos 215 a 217 da Constituição Federal, atendidas as exigências desta seção, no que couber.

Art. 45. O Município poderá desenvolver PDDE local com recursos próprios, ficando as exigências limitadas aos requisitos mínimas estipuladas no Programa Dinheiro Direto na Escola para as unidades executoras.

Art. 46. As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos a qualquer título submeter-se-ão à fiscalização com a finalidade de se verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 47. As prestações de contas, sem prejuízo de outras exigências legais e regulamentares, demonstrarão as origens e aplicações dos recursos, cumprimento dos objetivos e da execução das metas físicas constantes do plano de trabalho e do instrumento de convênio.

### **Seção VIII**

#### **Participação em Consórcio de Municípios, Parcerias e Convênios.**

Art.48. Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios, termos de parceria e outros instrumentos legais aplicáveis para formalização de participação em consórcios com outros municípios, bem como parcerias com organizações da sociedade civil de interesse público e organizações sociais, conforme Lei Municipal e demais disposições legais aplicáveis, inclusive observância da Resolução TC n° 020/2005, do TCE-PE.

§1° Estão incluídas na autorização do caput deste artigo ações e programas a serem executados em consórcios, nos termos da Lei Federal n° 11.107, de 06 de abril de 2005, com adequação local, para atendimento de objetivos públicos.

§2° Poderão ser consignadas dotações no orçamento do Município, destinadas à participação referenciada no caput, inclusive por meio de auxílios, contribuições e subvenções, bem como para execução de programas, projetos e atividades

vinculadas aos programas objeto dos convênios, termos de parcerias e outros instrumentos formais cabíveis, respeitada a legislação aplicável a cada caso.

### **Seção IX**

#### **Das Doações e dos Programas Assistenciais e Culturais**

Art.49. Constarão do orçamento dotações destinadas a doações e execução de programas assistenciais, culturais e esportivos, ficando a concessão subordinada as regras e critérios estabelecidos em leis e regulamentos específicos, locais, para atendimento do disposto no art. 26 de Lei Complementar n° 101/2000.

§1° Os recursos de que trata este artigo serão destinados a:

- I - Fornecimento de água nos casos de estiagem prolongada;
- II - Fornecimento de cestas básicas de alimentos a pessoas carentes em situação de emergência;
- III- Despesas de locomoção de pessoas, para tratamento de saúde, fora da sede do município quando não enquadrados no Programa de Tratamento Fora do Domicílio - TFD;
- IV- Fornecimentos de urnas funerárias, tipo popular, para sepultamento de pessoas carentes;
- V- Concessão de passagens rodoviárias;
- VI- Fornecimento de medicamentos que não estejam disponíveis na farmácia básica municipal;
- VII- Fornecimento de hora - trator ao pequeno agricultor, destinado a construção e recuperação de barreiros;
- VII- Exames médicos e laboratoriais que não estejam sendo realizados pelo sistema municipal de saúde;
- IX- Fornecimento de armações e lentes para correção visual;
- X- Fornecimento de próteses corretivas;
- XI- Registros civis de óbito e certidões do registro civil;
- XII- Fornecimento de fotografias e ou taxas para cédula de identidade, reservista e carteira profissional;
- XIII- Fornecimento de material básico e popular para melhoria habitacional, construção civil e serviço de correção para minimizar déficit habitacional;
- XIV- Fornecimento de sementes;
- XV- Financiamento de material básico para realização de cursos educacionais, profissionalizantes, de extensão e incremento associativista.

Art. 50. Nos programas culturais de que trata o art.49 se incluem o patrocínio e realização, pelo Município, de festividades cívicas, folclóricas, festa do padroeiro e outras manifestações culturais, inclusive quanto à valorização e difusão cultural de que trata o art. 215 da Constituição Federal.

Art. 51. O Município também apoiará e incentivará o desporto e o lazer, por meio da execução de programas específicos, onde se inclui esporte solidário e



Gabinete do Prefeito

educacional, consoante disposições do art. 217 da Constituição Federal e regulamento local.

## **Seção X Dos Créditos Adicionais**

Art.52. Os créditos adicionais, especiais e suplementares, serão autorizados pela Câmara de Vereadores, por meio de Lei, e abertos por Decreto do Poder Executivo, podendo haver transposição de uma categoria econômica para outra, observadas as disposições da Lei Federal nº 4.320/64 e atualizações posteriores.

§1º Consideram-se recursos orçamentários para efeito de abertura de créditos adicionais, especiais e suplementares, autorizados na forma do *caput* deste artigo, desde que não comprometidos, os seguintes:

I - superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;

II - recursos provenientes de excesso de arrecadação;

III - recursos resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei;

IV - produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las, inclusive financiamentos com recursos provenientes do BNDES pelo PMAT, PNAFM e outros;

V - recursos provenientes de transferências à conta de fundos, para aplicação em despesas a cargo do próprio fundo;

VI - recursos provenientes de transferências voluntárias resultantes de convênios, ajustes e outros instrumentos para realização de obras ou ações específicas.

§2º As solicitações ao Poder Legislativo, de autorizações para abertura de créditos adicionais conterão as informações e os demonstrativos exigidos para a mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária.

Art. 53. As propostas de modificações ao projeto de lei orçamentária, bem como os projetos de créditos adicionais, serão apresentadas com a forma e o nível de detalhamento, os demonstrativos e as informações estabelecidas para o orçamento.

§ 1º Durante o exercício os projetos de Lei, enviados à Câmara, destinados à abertura de créditos especiais, incluirão as modificações pertinentes no Plano Plurianual, para compatibilizar a execução dos programas de governo envolvidos, com a execução orçamentária respectiva.

§ 2º Os créditos adicionais especiais autorizados nos últimos 4 (quatro) meses do exercício de 2009 poderão ser reabertos em 2010, até o limite de seus saldos e incorporados ao orçamento do exercício seguinte, consoante § 2º do art. 167 da Constituição Federal.





Gabinete do Prefeito

Art.54. Dentro do mesmo grupo de despesa e na mesma unidade, por meio de Decreto, poderão ser remanejados saldos de elementos de despesa, sem onerar o percentual de suplementação.

Art.55. Havendo necessidade de suplementação de dotações da Câmara Municipal, esta solicitará por ofício ao Poder Executivo, que terá o prazo máximo de dez dias para abrir o crédito por meio de Decreto e comunicar à Câmara de Vereadores.

Art.56. O Poder Executivo, através da Secretaria competente, deverá atender, no prazo de dez dias úteis, contados da data do recebimento, às solicitações de informações relativas às categorias de programação explicitadas no projeto de lei que solicitar créditos adicionais, fornecendo dados, quantitativos e qualitativos que justifiquem os valores orçados e evidenciem a ação do governo e suas metas a serem atingidas.

Art.57. Para realização das ações e serviços públicos, inclusive aqueles decorrentes dos artigos de nº194 a 214 da Constituição Federal, poderá haver compensação entre os orçamentos fiscal e da seguridade social, por meio de créditos adicionais com recursos de anulação de dotações, respeitados os limites constitucionais.

Art.58. Havendo mudança na estrutura administrativa que tenha sido autorizada pela Câmara de Vereadores, por meio de Lei, fica o Poder Executivo autorizado a remanejar, transferir, transpor ou utilizar, total ou parcialmente, dotações orçamentárias constantes no orçamento para o exercício de 2010, ou em crédito especial, decorrente da extinção, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições.

Parágrafo único - Na transposição, transferência ou remanejamento de que trata o *caput* poderá haver reajuste na classificação funcional, respeitada a norma contida na Portaria MOG nº 42, de 1999.

## **Seção XI**

### **Apoio aos Conselhos e Transferências de Recursos aos Fundos**

Art. 59. Os Conselhos e Fundos Municipais terão ações custeadas pelo Município, desde que encaminhem seus plenos de trabalho e/ou propostas orçamentárias parciais, indicando os programas e as ações que deverão ser executadas, para que sejam incluídas nos projetos e atividades do orçamento municipal, da forma prevista nesta lei e na legislação aplicável.

§1º Os repasses aos fundos terão destinação específicas para execução dos programas, projetos e atividades constantes do orçamento, cabendo ao gestor



*Gabinete do Prefeito*

implantar a contabilidade, ordenar a despesa e prestar contas aos órgãos de controle.

§2º Os repasses de recursos aos fundos serão feitos de acordo com programação financeira, por meio de transferência inter-orçamentária.

§3º É vedada à vinculação de percentuais de receita a fundos e despesas, ressalvadas as disposições do inciso IV do art. 167 da Constituição Federal.

Art. 60. Os gestores de fundos prestarão contas ao Conselho de Controle Social respectivo e aos órgãos de controle externo nos termos da legislação aplicável.

Parágrafo único – A omissão de prestação de contas por parte do gestor do fundo implica em tomada de contas.

### **Seção X** **Da Geração e do Contingenciamento de Despesa**

Art.61. Considera-se, para os efeitos desta Lei, obrigatória e de caráter continuada a despesa nova, decorrente de Lei, que fixe para o Município a obrigação legal de sua execução por período superior a dois exercícios.

§ 1º O Demonstrativo da Estimativa do Impacto Orçamentário e Financeiro relativo à geração de despesa nova, para atendimento dos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 101/2000, será publicado da forma definida na alínea “b” do inciso “I” do art. 97 da Constituição do Estado de Pernambuco.

§ 2º A contabilidade terá o prazo de dez dias úteis para produzir os demonstrativos de impacto orçamentário e financeiro, depois de solicitado o estudo de projeção da despesa nova e de indicação das fontes de recursos respectivas, devendo ser informados pelo órgão solicitante os valores necessários à realização das ações que serão executadas por meio do programa novo, para propiciar a montagem da estrutura de cálculo do impacto.

§ 3º Idêntico prazo terá o setor de recursos humanos para disponibilizar folhas de pagamento simuladas que instruirão cálculos de estudo de impacto orçamentário e financeiro para efeito de análise de reflexos de acréscimos na despesa de pessoal na hipótese de concessão de reajuste salarial.

Art.62. Para efeito do disposto no § 3º do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000, são consideradas despesas irrelevantes aquelas que não excedam os limites estabelecidos nos incisos I e II do art. 24 da Lei Federal nº 8.666, de 21.06.93, modificada pelas leis nº 8.883, de 08.06.94, nº 9.648 de 27.05.98 e nº 9.854, de 27.10.99 e atualizações posteriores.



*Gabinete do Prefeito*

Art.63. Caso se verifique no final de um bimestre que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas estabelecidas, os Poderes, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subseqüentes, determinarão a limitação de empenho e a movimentação financeira, em percentuais proporcionais às necessidades, conforme justificativa constante do ato específico.

Art.64. A limitação do empenho ou de despesa deverá ser equivalente ao da diferença entre a receita arrecadada e a prevista para o bimestre.

Art.65. Não são objeto de limitação às despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do Município, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, sentenças judiciais e de despesa com pessoal e encargos sociais.

Art.66. Havendo alienação de bens, será aberta conta específica para recebimento e movimentação dos recursos, destinados apenas à despesa de capital, nas hipóteses legalmente permitidas.

**CAPÍTULO VI  
DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA**

**Seção Única  
Da Programação Financeira**

Art.67. Até trinta dias após a publicação dos orçamentos o Poder Executivo estabelecerá à programação financeira, o cronograma de desembolso, as metas bimensais de arrecadação e publicará o quadro de detalhamento da despesa.

Art.68. O Decreto que aprovar a programação financeira será instruído com a indicação da metodologia utilizada para elaboração dos demonstrativos que integrem a programação.

Art.69. Ocorrendo frustração das metas bimensais de arrecadação, ou seja, receita arrecada até o bimestre inferior à previsão, aplicam-se às normas estabelecidas nos artigos 63 a 64 desta Lei.

Art. 70. Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria.

**CAPÍTULO VII  
DO ORÇAMENTO DOS FUNDOS**

**Seção Única  
Do Orçamento e da Gestão dos Fundos**



*Gabinete do Prefeito*

Art.71. Os orçamentos dos órgãos da administração indireta e fundos municipais poderão integrar a proposta orçamentária por meio de unidades gestoras supervisionadas.

Art. 72. Os gestores dos fundos encaminharão os respectivos planos de aplicação ou propostas parciais do orçamento respectivo, consoante estimativa da receita, à Secretaria de Finanças do Município, até 30 (trinta) dias antes da data prevista para entrega do projeto de lei do orçamento de 2010 ao Poder Legislativo, para efeito de inclusão e consolidação na proposta orçamentária.

Parágrafo único – Os gestores de órgãos e entidades da administração indireta terão o mesmo prazo do caput deste artigo para enviar as propostas orçamentárias parciais do orçamento respectivo à Secretaria de Finanças.

Art.73. Os fundos que não tiverem gestores nomeados na forma das leis instituidoras, bem como na hipótese dos gestores não enviarem seus planos de aplicação, propostas parciais ou informações suficientes até a data estabelecida no art. 72, terão seus orçamentos elaborados pela Secretaria de Finanças do Município.

Art. 74. Os planos de aplicação de que trata o art. 72 desta Lei e o inciso I do § 2º do art. 2º da Lei Federal nº 4.320/64, serão compatíveis com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art.75. Os repasses de recursos aos fundos constarão da programação de que trata o art. 67 desta Lei, por meio de transferência intra-orçamentária, condicionada a execução das ações constantes no orçamento do fundo.

Art. 76. O orçamento do Regime Próprio de Previdência Social será elaborado nos termos desta Lei, observada as disposições da legislação específica e classificação orçamentária adequada, nos termos da regulamentação específica.

Art.77. Poderão constar da proposta do orçamento anual para 2010, unidades orçamentárias destinadas à manutenção e desenvolvimento do ensino, vinculadas aos recursos do FUNDEB, Tesouro Municipal e convênios, procedendo-se de modo similar quanto ao Fundo Municipal de Saúde, com recursos do SUS e do Município e para os demais fundos com os recursos pertinentes.

Art.78. Serão consignadas dotações orçamentárias específicas para o custeio de despesas com pessoal e encargos vinculados aos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e Valorização do Magistério, compreendendo:

- I – despesas de pessoal de magistério;
- II – despesas de pessoal de apoio ao ensino.



*Gabinete do Prefeito*

§1°. A Prefeitura poderá manter contas específicas do FUNDEB, para movimentação dos recursos destinados às despesas com pessoal de magistério, assim como outra conta para as demais despesas com os níveis de ensino fundamental e básico, devendo os recursos ser repassados a conta, após o crédito feito, na forma da Lei.

§2°. Os demonstrativos de disponibilidade financeira deverão apontar os recursos constantes da contas isoladas e consolidadas.

Art.79. Os programas destinados a atender ações finalísticas e aqueles financiados com recursos voluntários oriundos de convênios, preferencialmente, deverão ser administrados por gestor designado pelo Prefeito ou pelo gestor do fundo a qual esteja vinculado.

Art.80. Serão realizadas audiências públicas, nos meses de fevereiro, abril, julho e novembro, na Câmara de Vereadores, para cumprimento do art. 12 da Lei Federal nº 8.689, de 27 de julho de 1993, pelo gestor de saúde.

Art.81. Todos os gestores dos demais fundos deverão atender ao disposto no § 4º do art. 9º da Lei Complementar nº 101/2000, por meio de Relatório de Gestão, incluindo a demonstração do cumprimento de metas físicas e financeiras em audiências públicas quadrimestrais na Câmara de Vereadores.

Art. 82. Os conselheiros municipais, integrantes dos conselhos e controle social respectivos, deverão ser convidados para as audiências públicas.

Art. 83. Aplicam-se aos gestores de programas as disposições desta seção.

**CAPÍTULO VIII  
DAS VEDAÇÕES LEGAIS  
SEÇÃO ÚNICA**

**Das Vedações**

Art.84. É vedada a inclusão na Lei Orçamentária, bem como em suas alterações, de recursos para pagamento a qualquer título, pelo Município, inclusive pelas entidades que integram os orçamentos, fiscal e da seguridade social, a servidor da administração direta ou indireta por serviços de consultoria ou assistência técnica custeados com recursos decorrentes de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres, firmados com órgãos ou entidades de direito público ou privado, pelo órgão ou entidade a que pertencer ou onde estiver eventualmente lotado.

Art.85. São vedados:

*Gabinete do Prefeito*

- I - o início de programas ou projetos não incluídos na Lei Orçamentária anual;
- II - a realização de despesas ou assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários;
- III - a abertura de créditos suplementar ou especial sem autorização legislativa;
- IV - a inclusão de casos ou pessoas nas dotações orçamentárias e créditos adicionais destinados ao pagamento de precatórios;
- V - a movimentação de recursos em conta única sem a existência de um regulamento específico aprovado por lei e sem que o instrumento de contrato firmado entre o Município e a instituição financeira disponha sobre a fiel obediência, pelo banco contratado, das normas de controle interno e da movimentação estabelecida no respectivo regulamento;
- VI - a movimentação de recursos oriundos de convênios em conta bancária que não seja específica;
- VII - a transferência de recursos de contas vinculadas a fundos, convênios ou despesas para outra conta;
- VIII - a assunção de obrigação, sem dotação orçamentária, com fornecedores para pagamento *a posteriori* de bens ou serviços.

Art.86. Não se inclui nas vedações a assunção de obrigações decorrentes de parcelamentos de dívidas com órgãos previdenciários, FGTS e PASEP, bem como junto a concessionárias de água e energia elétrica, obedecida à legislação pertinente.

**CAPÍTULO IX**  
**DAS DÍVIDAS E DO ENDIVIDAMENTO**

**Seção I**  
**Dos Precatórios**

Art.87. O orçamento para o exercício de 2010 consignará dotação específica para o pagamento de despesas decorrentes de sentenças judiciais e de precatórios, conforme discriminação constante nos §§ 1º, 1º-A, 2º e 3º do art. 100 da Constituição Federal, art. 87 do ADCT da Carta Magna e disposições da legislação específica.

Art. 88. Os precatórios encaminhados pelo Poder Judiciário à Prefeitura Municipal, até 1º de julho de 2009, serão obrigatoriamente incluídos na proposta orçamentária para o exercício de 2010, conforme determina a Constituição Federal.

Art. 89. A contabilidade da Prefeitura registrará e identificará os beneficiários dos precatórios, seguindo a ordem cronológica, devendo periodicamente oficiar aos Tribunais para conferir os registros.



*Gabinete do Prefeito*

Art. 90. Para fins de acompanhamento, o Setor Jurídico do Município examinará todos os precatórios e instruirá os setores envolvidos.

## **Seção II** **Da Celebração de Operações de Crédito**

Art.91. A autorização, que contiver na Lei Orçamentária de 2010, para contratação de operações de crédito será destinada ao atendimento de despesas de capital, observando-se, ainda, os limites de endividamento e disposições estabelecidos na legislação específica e em Resoluções do Senado Federal.

Art. 92. Poderá constar da Lei Orçamentária para 2010, autorização para celebração de operações de crédito, inclusive por antecipação de receita (ARO), que, se realizada, obedecerá às exigências da Lei Complementar nº 101/2000, do Banco Central do Brasil, da Secretaria do Tesouro Nacional e do Senado Federal, devendo a operação de ARO ser contratada após o dia 10 (dez) de janeiro e liquidada, com juros e encargos, até o dia 10 de dezembro do referido exercício, observadas disposições do art. 38 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art.93. Poderão ser consignadas dotações destinadas ao pagamento de juros, amortizações e encargos legais relacionadas com operações de crédito de ARO e de longo prazo contratadas ou em processo de contratação junto ao BNDES, Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal, destinados à execução de Programas de Modernização Administrativa e Incremento de Receita, do tipo PMAT, PNAFM e similares, bem como das linhas de infra-estrutura, habitação, saneamento e reequipamento.

§1º As operações de crédito obedecerão à Lei Complementar nº 101/2000, às Resoluções nº 40 e 43/2001 do Senado Federal, às disposições do Tesouro Nacional, do Banco Central do Brasil, a regulamentação nacional específica.

§2º A implantação dos programas citados no art. 93 depende da aprovação pelo órgão financiador do projeto, enquadrado nas normas próprias.

Art.94. A assunção de obrigações que resultem em dívida fundada precisarão ser autorizadas pela Câmara Municipal de Vereadores.

## **Seção III** **Da Amortização e do Serviço da Dívida Consolidada**

Art.95. O Poder Executivo deverá manter registro individualizado da Dívida Fundada Consolidada, inclusive decorrente de assunção de débitos para com órgãos previdenciários, no Setor de Contabilidade, para efeito de acompanhamento.



*Gabinete do Prefeito*

Art.96. O resgate das parcelas da dívida, bem como os encargos, obedecerá às disposições da Lei Complementar nº 101/2000, da Resolução nº 40, de 20 de dezembro de 2001 do Senado Federal e atualizações posteriores, e do respectivo instrumento de confissão, ajuste ou contrato de parcelamento.

## CAPÍTULO X

### **Das Disposições Gerais e Transitórias**

#### **Seção I**

#### **Prazos, Tramitação, Sanção e Publicação da Lei do Orçamento para 2010**

Art.97. A proposta orçamentária do Município para o exercício de 2010 será entregue ao Poder Legislativo até o dia 5 de outubro de 2008 e devolvida para sanção até 5 de dezembro, conforme dispõe o inciso III, do § 1º do art. 124 da Constituição do Estado de Pernambuco, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 31/2008.

Art.98. A proposta orçamentária parcial do Poder Legislativo, para o exercício de 2010, será entregue ao Poder Executivo até 5 de setembro de 2009, para efeito de compatibilização com as despesas do Município que integrarão a proposta orçamentária referenciada no art.97.

Art.99. As emendas ao projeto de lei orçamentária e seus anexos somente poderão ser aprovadas quando atenderem as disposições do § 3º do art. 166 da Constituição Federal, sejam compatíveis com o Plano Plurianual e com a LDO.

Art.100. Os autógrafos da Lei Orçamentária serão enviados ao Poder Executivo no prazo estipulado no inciso III do § 1º do art. 124 da Constituição do Estado de Pernambuco, devidamente consolidados, tanto no que se refere ao texto do projeto de lei como em todos os anexos, com o teor das emendas devidamente aprovadas na Câmara Municipal.

Art.101. Caso a devolução do orçamento de 2010 para sanção do Prefeito deixe de ser feita dentro do exercício corrente, a partir do primeiro dia útil do mês de janeiro de 2010 o Poder Executivo fica autorizado a executar as dotações constantes da Lei Orçamentária do ano anterior, destinadas à manutenção das atividades dos órgãos e unidades administrativas, bem como necessárias à prestação dos serviços públicos, pagamento do serviço da dívida e execução de convênios que têm prazo a ser cumprido.

Art.102. As emendas feitas ao projeto de Lei Orçamentária e seus anexos, consideradas inconstitucionais ou contrárias ao interesse público poderão ser vetadas pelo Chefe do Poder Executivo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, consoante disposições do § 1º do art. 66 da Constituição Federal, que comunicará os motivos do veto dentro de quarenta e oito horas ao Presidente da Câmara.





Gabinete do Prefeito

## Seção II

### Alterações na Legislação Tributária

Art.103. O Poder Executivo, autorizado por Lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes.

Art. 104. As leis relativas às alterações na legislação tributária que dependam de atendimento das disposições da alínea "b" do inciso III do art. 150 da Constituição Federal, para vigorar no exercício de 2010, deverão ser aprovadas e publicadas dentro do exercício de 2009.

Art. 105. Poderá ser considerada, no orçamento para 2009, previsão de receita com base na arrecadação estimada decorrente de alteração na legislação tributária.

Art. 106. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para os efeitos do disposto no § 2º do art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 107. Poderão ser incluídas no orçamento dotações destinadas à implementação de programa de modernização do sistema de arrecadação, cobrança de tributos e da dívida ativa tributária, inclusive com recursos de operações de crédito.

## Seção III

### Da Participação da População e das Audiências Pública

Art.108. A comunidade poderá participar da elaboração do orçamento do Município por meio de audiências públicas e oferecer sugestões:

I - ao Poder Executivo, até o dia 1º de setembro de 2009, junto à Secretaria de Finanças;

II - ao Poder Legislativo, na comissão técnica de orçamento e finanças, durante o período de tramitação da proposta orçamentária, respeitados os prazos e disposições legais e regimentais da Câmara e em audiências públicas promovidas pela referida comissão;

III - por meio eletrônico através da internet.

Art. 109. Para fins de realização de audiência pública será observado:



Gabinete do Prefeito

I - Quanto ao Poder Legislativo:

- a) Determinar que a condução da audiência seja feita por meio da Comissão Técnica da Câmara que tem as atribuições, no âmbito municipal, definidas pelo § 1º do art. 166 da Constituição Federal;
- b) Convocar a audiência com antecedência mínima de 10 (dez) dias;

II - Quanto ao Poder Executivo:

Receber comunicação formal da data da audiência;  
Disponibilizar, no prazo máximo de 2 (dois) dias antes da audiência, os últimos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) e Resumido de Execução Orçamentária (RREO), elaborados nos termos das Portarias STN nº 574, 575 e Portaria Conjunta nº 2, de 2007.

#### **Seção IV**

#### **Da Transparência e da Disponibilização de Dados pela Internet**

Art. 110. Os relatórios de execução orçamentária e de gestão fiscal, bem como o orçamento anual, a lei de diretrizes orçamentária, o plano plurianual e a prestação de contas serão disponibilizados na internet para conhecimento público.

Art. 111. A população também poderá ter acesso às prestações de contas por meio de consulta direta, nos termos do art. 49 da Lei Complementar nº 101/2000, na Câmara de Vereadores.

#### **Seção V**

#### **Disposições gerais**

Art. 112. Integram esta Lei os anexos abaixo, com respectivos demonstrativos:

- I - O Anexo de Prioridades, por meio do Anexo 1;
- II - O Anexo de Metas Fiscais, por meio do Anexo 2 e seus demonstrativos;
- III - O Anexo de Riscos Fiscais, por meio do Anexo 3.

Art. 113. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Exu-PE, Gabinete do Prefeito, 21 de Setembro de 2009.

  
**WELISON JEAN MOREIRA SARAIVA**  
Prefeito Municipal



Gabinete do Prefeito

## ANEXO 1

### **LEI Nº 1.134/2009 - LDO PARA 2010**

#### ANEXO DE PRIORIDADES

Na elaboração e na execução do Orçamento Municipal, para o exercício de 2010, serão considerados como prioritários os projetos e atividades relacionados com as ações destinadas a realização dos programas constantes do Plano Plurianual do Município de Exu, identificados neste Anexo I, por função de governo e objetivos. As prioridades objeto deste anexo, estabelecidas em consonância com a legislação constitucional e infraconstitucional específica, terão precedência na alocação de recursos e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas, devendo ser observados os seguintes princípios e diretrizes:

1. Incentivar e promover eventos turísticos, artísticos, folclóricos e manifestações culturais, preservando as tradições culturais da região;
2. Modernização da gestão administrativa e dos serviços públicos municipais;
3. Ampliar as ações e serviços de saúde, especialmente nas áreas de atenção básica, média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar, assistência médico-hospitalar, prevenção, vigilância sanitária e epidemiológica, incluindo melhoria na estrutura física e nos equipamentos;
4. Atuar na melhoria da qualidade do ensino básico, aumentar o número de vagas e melhorar a infra-estrutura física do sistema municipal de educação;
5. Promover a inclusão social de jovens e idosos;
6. Ampliar ações relacionadas com programas assistenciais, especialmente crianças, adolescentes e idosos;
7. Ampliar a participação do Governo Municipal em programas de interesse social, incluindo parceria com outros governos e com instituições privadas, com vistas a melhorar as condições sócio-econômicas da população e induzir o desenvolvimento local;



*Gabinete do Prefeito*

8. Apoiar as comunidades rurais;
9. Conclusão de obras em andamento, em especial o pátio de eventos;
10. Incentivar ações de inclusão e desenvolvimento tecnológico.

  
**WELISON JEAN MOREIRA SARAIVA**  
**Prefeito Municipal**



Gabinete do Prefeito

**ANEXO 1**  
**LEI Nº 1.134/2009 - LDO PARA 2010**

**ANEXO DE PRIORIDADES**  
(POR FUNÇÃO, PROGRAMAS E OBJETIVOS)

**FUNÇÃO: 01 - LEGISLATIVA**

Ampliação da área física do Poder Legislativo  
Melhoria na estrutura física da Câmara.

Reequipamento da Câmara Municipal  
Modernizar as atividades da Câmara Municipal

Gestão administrativa do Poder Legislativo  
Permitir o regular funcionamento das atividades do poder legislativo, incluindo contratação de assessoria e consultoria.

Informatização do Poder Legislativo  
Contribuir para o aperfeiçoamento das ações governamentais e para que haja racionalidade e otimização no processo decisório

Aperfeiçoamento e modernização do Poder Legislativo  
Atender as necessidades do Poder Legislativo, através de serviços técnicos especializados.

**FUNÇÃO: 02 - ADMINISTRAÇÃO**

Gestão administrativa do município  
Permitir o regular funcionamento da administração e o atendimento ao público.

Informatização da administração municipal  
Informatizar os órgãos e unidades administrativas, melhorando o atendimento ao público e a qualidade dos serviços.

Reequipamento da administração  
Reequipar a administração municipal para efficientizar os serviços.

Divulgação institucional  
Cumprir o § 1º do art. 37 da Constituição Federal e tornar a administração transparente.

Capacitação e treinamento de recursos humanos  
Capacitar e treinar servidores municipais para efficientizar os serviços públicos.

Aperfeiçoamento e modernização administrativa municipal



*Gabinete do Prefeito*

Atender as necessidades da Administração Municipal, através de serviços técnicos especializados.

Cooperação técnica e financeira com outros entes federados

Melhorar os serviços públicos postos à disposição da população.

Apoio aos conselhos e relações com a sociedade civil

Contribuir para que os conselhos e sociedade civil desenvolvam seus trabalhos de fiscalização e acompanhamento dos programas municipais.

Cadastramento sócio-econômico

Conhecer as carências e potencialidades do Município para orientar ação governamental e articulação estratégica

Locação de veículos de apoio administrativo

Aumentar a oferta de veículos à disposição da administração

Cálculos atuariais

Viabilização de Fundo de Previdência ou de permanência no RGPS

Modernização do sistema de arrecadação

Otimização dos serviços de cobrança de tributos

Consórcios com outros municípios

Desenvolver em conjunto com os municípios da região circunvizinha, articulação permanente através de promoção de ações integralizadoras entre os governos municipais.

Ampliação e preservação do patrimônio

Ampliação e melhoramento da rede física municipal para melhoria e modernização dos serviços postos à disposição do município.

Apoio à instituição sem fins lucrativos

Apoiar entidades sem fins lucrativos para efficientizar os serviços e melhorar o atendimento a população, inclusive com parcerias de instituições não-governamentais.

Cooperação técnica e financeira com o Estado

Oferecer apoio a outros governos para melhorar os serviços de segurança



Gabinete do Prefeito

### **FUNÇÃO: 03 – ASSISTÊNCIA SOCIAL**

#### **Programa de atenção a pessoa idosa – PAPI**

Assegurar os direitos sociais ao idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade. Conforme preconizam a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e a Política Nacional do Idoso (PNI).

#### **Programa de erradicação do trabalho infantil – PETI**

Erradicar o trabalho infantil, criar condições de atendimento às crianças carentes e diminuir a evasão escolar.

#### **Combate ao abuso e a exploração sexual de crianças**

Assegurar os direitos fundamentais da criança e do adolescente, o fortalecimento de sua auto-estima e a convivência familiar e comunitária em condições dignas de vida.

#### **Alimentação para todos**

Garantir a população em situação de insegurança alimentar acesso digno regular e adequado à nutrição e manutenção da saúde humana.

#### **Primeiro emprego**

Capacitar e oferecer subsídios para jovens de 14 a 18 anos para o ingresso ao mercado de trabalho.

#### **Atenção aos portadores de necessidades especiais**

Assegurar os direitos sociais de pessoas portadoras de necessidades especiais criando condições para promover sua autonomia, inclusão social e participação efetiva na sociedade por meio de ações de prevenção de deficiência.

#### **Agente jovem**

Promover a integração dos adolescentes egressos do PETI à sociedade e à comunidade. Preparar o jovem para atuar como agente de transformação e desenvolvimento de sua comunidade.

#### **Atenção integral a família (PAIF)**

Promover o acompanhamento sócio-assistencial de famílias e contribuição para o processo de autonomia e emancipação social.

#### **Cisternas comunitárias**

Melhorar as condições de vida e de acesso à água potável para o consumo da população da periferia e zona rural.

#### **Atenção a Criança (PAC)**



*Gabinete do Prefeito*

Assegurar o desenvolvimento integral da criança valorizando a convivência social e familiar.

**Assistência social geral**

Prestar assistência social geral às pessoas necessitadas, através de doações, de remédios, agasalhos, colchões, ataúdes e outros benefícios.

**Centros comunitários de desenvolvimento**

Prestar Assistência Social a quem dela precisar, assistir as famílias e menores carentes, incentivar o engajamento da comunidade em programas sociais e de geração de emprego e renda, bem como facilitar o exercício pleno da cidadania.

**Assistência à infância e a juventude**

Execução de ações de apoio à criança e ao adolescente e prestar assistência social àqueles em situação de risco, bem como manter o Conselho Tutelar.

**Ação comunitária e combate a pobreza**

Atender a pessoas carentes quanto às necessidades básicas, na distribuição de renda e desigualdade social.

**Benefício de prestação continuada - BPC**

Atendimento aos idosos e portadores de deficiência, incapacitados para a vida independente e para o trabalho, impossibilitados de prover sua manutenção ou tê-la provida por sua família.

**Requalificação profissional e empregabilidade**

Reinsere no mercado de trabalho mão-de-obra com qualificação profissional, através de cursos, treinamentos e capacitação..

**Assistência emergencial às vítimas de calamidades**

Prover concessões de benefício para famílias atingidas por fenômenos naturais, ampliando assistência hospitalar e a distribuição de mantimentos nos casos de calamidade pública.

**Apoio ao conselho tutelar e aos conselhos de assistência social**

Apoiar as ações do Conselho Tutelar e do Conselho de Assistência Social para as ações de controle social e de assistência direta.

**Assistência ao idoso**

Prestar assistência integral ao idoso.

**Ressocialização de jovem em situação de risco**





*Gabinete do Prefeito*

Reintegrar à sociedade e ao mercado de trabalho, jovens em situação de risco apoiados por programas assistenciais e de Ressocialização.

Construção e manutenção de creches

Propiciar o regular funcionamento das creches.

Fome zero

Atingir a raiz do problema da fome e da pobreza

CRAS – Centro de referência de ação social

Promover a integralização e o desenvolvimento sócio-econômico da família, garantindo assim os bens necessários a uma vida com qualidade.

Gestão administrativa do SUAS

Identificar os problemas sociais na ponta do processo, focando as necessidades do município, ampliando a eficiência dos recursos financeiros e da cobertura social. Trata-se de um modelo democrático, descentralizado, que tem a missão de ampliar a rede de assistência social brasileira.

Bolsa família

Manutenção das ações vinculadas ao Programa Bolsa Família, incluindo garantia de renda mínima e erradicação do trabalho infantil, em convênio com a União.

#### **FUNÇÃO: 04 – PREVIDÊNCIA SOCIAL**

Manutenção do regime próprio de previdência

Permitir o regular funcionamento do regime próprio de previdência para cumprimento de suas atribuições.

#### **FUNÇÃO: 05 – SAÚDE**

Atenção Básica à Saúde da população

Assistir à população com procedimentos básicos de saúde.

Programa de Saúde da Família – PSF

Assistir as famílias do município nas ações de prevenção de doenças e promoção da saúde.

Programa de Agentes Comunitários de Saúde – PACS

Assistir a população nas ações de saúde básicas preventivas de saúde.

Assistência farmacêutica básica

Manter a oferta de insumos para a farmácia básica.



Gabinete do Prefeito

#### Ações de vigilância sanitária

Prevenir riscos à saúde da população mediante a garantia da qualidade dos produtos, serviços e dos ambientes sujeitos a vigilância sanitária.

#### Epidemiologia e controle de doenças

Prevenir e controlar doenças, surtos e epidemias, calamidades públicas e emergências epidemiológicas de maneira oportuna.

#### Programa de saúde bucal

Promover a saúde bucal da população

#### Atenção hospitalar e ambulatorial

Manter o acesso da população aos serviços ambulatoriais e hospitalares do Sistema Único de Saúde e ampliar o atendimento.

#### Tratamento fora do domicílio

Dar apoio ao paciente em tratamento fora do domicílio.

#### Programa de atenção especializada

Atender a população com serviços especializados de saúde.

#### Alimentação e nutrição

Promover alimentação saudável, prevenir e controlar os distúrbios nutricionais e doenças relacionadas a alimentação e nutrição.

#### Programa nacional de imunização

Imunizar a população de diversas doenças tais como: poliomielite, gripe, tétano, rubéola, febre amarela, raiva e outras.

#### Gestão administrativa do SUS

Permitir o regular funcionamento das atividades administrativas do SUS, com recursos do fundo municipal de saúde.

#### Farmácia popular

Ampliar o acesso da população aos medicamentos considerados essenciais, beneficiando as pessoas com dificuldade para realizar o tratamento devido ao alto custo destes produtos.

#### Programa nacional de controle do câncer de colo de útero e de mama

Reduzir substancialmente o número de mortes causadas pelo câncer de colo de útero e de mama.

#### Saúde mental



*Gabinete do Prefeito*

Atender a população que sofre de distúrbios mentais, visando sua reintegração social.

Ampliação da rede física de saúde

Ampliação e recuperação da rede física de saúde para melhorar o atendimento da população.

Informatização do sistema de saúde

Eficientizar as atividades da administração, melhorar a qualidade de atendimento e otimizar a informação.

Reequipamento da saúde

Aparelhar e reequipar o sistema municipal de saúde.

Apoio à instituição de saúde sem fins lucrativos

Apoiar entidades de saúde sem fins lucrativos do município para efficientizar os serviços e melhorar o atendimento a população.

Saúde escolar

Identificar e corrigir, de forma precoce, problemas visuais que possam comprometer o processo de aprendizagem, visando à diminuição dos índices de repetência e evasão escolar.

## **FUNÇÃO: 06 – EDUCAÇÃO**

Alimentação suplementar para estudantes (PNAE/PNAC)

Atender as necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência em sala de aula, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes, bem como a formação de hábitos alimentares saudáveis.

Transporte escolar

Garantir o acesso e a permanência nos estabelecimentos escolares dos alunos da educação infantil do ensino fundamental e médio que utilizem transporte escolar.

Manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental

Oferecer ensino de 1ª a 8ª série, otimizar e reorganizar o modelo educacional da rede municipal, buscando a melhoria da qualidade de ensino e ampliação das disposições da Lei nº 9.424 e art. 212, CF.

Expansão e melhoria da rede física de ensino

Expandir e qualificar o espaço escolar na perspectiva da construção de condições essenciais para operacionalizar o processo pedagógico de ensino-aprendizagem. Introduzir o conceito de atendimento pleno à criança e adolescente.

**Educação especial**

Assegurar aos portadores de necessidades especiais de educação, o atendimento específico, com vistas a facilitar a sua integração no Ensino Regular.

**Ensino médio**

Ofertar ensino médio à população, otimizar e reorganizar o modelo educacional da rede municipal, buscando a melhoria da qualidade do ensino.

**Desenvolvimento da educação infantil**

Ampliar a rede física, manter os serviços regulares das creches e educação infantil para todas as crianças de 0 a 6 anos.

**Ensino técnico profissional**

Ampliar a rede física para cursos profissionalizantes.

**Apoio à graduação de professores do ensino fundamental**

Oferecer apoio logístico e financeiro para valorização do magistério e de acordo com o cumprimento do art. 62 da Lei nº 9.394/96 propiciando aos professores ensino fundamental do município a obtenção do 3º grau, incluindo o pagamento das mensalidades, bolsas de estudo e transporte.

**Educação de jovens e adultos**

Erradicação do analfabetismo no Município.

**Transporte escolar universitário**

Promover ações que objetivem proporcionar a população escolar do ensino superior, meio de transporte para freqüência às aulas e outras atividades curriculares.

**Bolsa escola**

Manter as crianças na escola e erradicar o trabalho infantil.

**Reequipamento didático e pedagógico**

Incentivar o aprendizado com técnicas modernas de ensino.

**Dinheiro direto na escola (PDDE)**

Descentralização a gestão financeira de recursos para agilizar as ações educacionais e reduzir os custos das unidades executoras do PDDE.

**Aperfeiçoamento e modernização do sistema de ensino**

Atender as necessidades do sistema de ensino, através de serviços técnicos especializados.



Gabinete do Prefeito

Apoio a instituição educacional sem fins lucrativos

Apoiar entidades educacionais sem fins lucrativos do município para efficientizar os serviços e melhorar o atendimento a população.

Reequipamento das unidades educacionais do município

Equipar as unidades educacionais do município.

Apoio às universidades

Cooperação técnica e financeira para as universidades propiciando a instituição melhor estrutura de funcionamento.

Manutenção e desenvolvimento da educação básica

Universalização da educação básica e valorização dos profissionais do magistério.

#### **FUNÇÃO: 07 – CULTURA**

Revitalização do patrimônio histórico

Preservar o patrimônio histórico do município e resgatar as tradições.

Promoção e apoio às festividades

Difundir arte, cultura, tradições e atrair o turismo para o município.

Município cultural

Promover, preservar e incentivar a cultura do município.

#### **FUNÇÃO: 08 – URBANISMO**

Adoção de praças

Revitalizar e urbanizar praças públicas com o apoio da iniciativa privada.

Modernização dos serviços públicos

Melhoria do desempenho nas atividades de coleta de lixo, limpeza urbana e outros serviços posto à disposição da população.

Infra-estrutura urbana

Oferecer infra-estrutura à população demandatária de espaços, vias e serviços públicos.

#### **FUNÇÃO: 09 – HABITAÇÃO**

Habitação popular

Melhorar as condições habitacionais da população carente.

Moradia digna

Oferecer a população carente, meios de construir seu próprio lar



Gabinete do Prefeito

### **FUNÇÃO: 10 – SANEAMENTO**

Saneamento rural simplificado

Oferecer melhores condições de higiene, a saúde e preservação ambiental.

Saneamento urbano

Ampliar o sistema de saneamento urbano, para melhorar a saúde e as condições sanitárias da população.

### **FUNÇÃO: 11 – GESTÃO AMBIENTAL**

Ampliação de recursos hídricos

Melhorar o abastecimento d'água e minimizar a seca.

Abastecimento de água emergencial

Oferecer água tratada a população urbana e rural.

Gestão ambiental

Recuperar, revitalizar e preservar o meio ambiente, visando proporcionar uma melhor qualidade de vida a população.

Reciclagem e tratamento de resíduos sólidos

Preservação, conservação ambiental e destinação ecológica do lixo urbano.

Inclusão digital

Promover o acesso às tecnologias de informação e comunicação e ao acervo de informações e de conhecimentos, contribuindo para a inclusão social dos munícipes.

### **FUNÇÃO: 12 – AGRICULTURA**

Programa nacional de agricultura familiar - PRONAF

Melhorar as condições sócio-econômicas da população rural e difundir tecnologias de plantio, manejo e aproveitamento.

Ampliação do abastecimento de produtos primários

Abastecer regularmente a população e melhorar a estrutura física existente.

Produção e distribuição de sementes e mudas

Estimular a produção rural, apoiando o homem do campo por meio de doação de sementes, mudas e fertilizantes, bem como incorporação de novas técnicas de cultivo e manejo do solo.

Promoção do desenvolvimento agropecuário



*Gabinete do Prefeito*

Melhorar as condições sanitárias do rebanho, aumentar a produtividade e elevar o padrão sócio-econômico da população rural.

Campanha de vacinação de animais

Promover campanhas de vacinação de rebanhos.

Capacitação e treinamento de recursos humanos para o setor primário

Promover cursos, capacitações, treinamentos, seminários, exposições nas áreas de agricultura, agropecuária e abastecimento, bem como aperfeiçoar a prática das atividades agrícolas e agropecuárias.

### **FUNÇÃO: 13 – INDÚSTRIA**

Implantação e ampliação de infra-estrutura industrial

Promover o desenvolvimento industrial sustentável e aumentar o nível de empregos.

### **FUNÇÃO: 14 – COMÉRCIO E SERVIÇO**

Promoção do turismo

Incentivar o turismo no município.

Realização de cursos profissionalizantes

Desenvolver profissionais com habilidades específicas e com orientação para a qualidade.

Realização de feiras e seminários

Desenvolver habilidades de comercialização e produção, bem como firmar novas parcerias comerciais.

Modernização de feiras livres

Ampliar, modernizar, reestruturar feiras livres e mercados.

### **FUNÇÃO: 15 – ENERGIA**

Eletrificação rural e iluminação pública

Melhorar as condições sócio-econômicas da população rural e ampliar a área iluminada da população urbana para aumentar o conforto e a segurança.

### **FUNÇÃO: 16 – TRANSPORTE**

Ampliação de terminais rodoviários e sinalização urbana

Melhorar as condições de infra-estrutura na área de transporte no município.

Estradas vicinais



*Gabinete do Prefeito*

Melhorar as condições das estradas facilitando o fluxo do trânsito.

Conservação de rodovias

Melhorar as condições das estradas do município.

**FUNÇÃO : 17 - DESPORTO E LAZER**

Promoção do desporto e lazer

Oferecer esporte e lazer a população.

Desporto amador

Assistir o desporto amador do município.



**WELISON JEAN MOREIRA SARAIVA**  
**Prefeito Municipal**





Gabinete do Prefeito

**ANEXO 2**  
**LEI Nº 1.134/2009 - LDO PARA 2010**

**ANEXO DE METAS FISCAIS**

O Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias foi determinado pelo art. 4º, § 1º da Lei Complementar à Constituição Federal nº 101/2000, com a finalidade de estabelecer as metas fiscais anuais, em valores constantes e correntes, relativas as receitas, despesas, resultado nominal, resultado primário e o montante da dívida para o exercício a que se refere e para os dois seguintes, bem como a avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior, evolução do patrimônio líquido e avaliação atuarial do regime próprio de previdência.

Integram o presente Anexo de Metas Fiscais da LDO do Município para 2010, os demonstrativos abaixo especificados, metodologia e memória de cálculos:

Metas Anuais de:

- a) Receitas Primárias;
- b) Despesas Primárias;
- c) Resultado Nominal;
- d) Resultado Primário;
- e) Montante da Dívida.

Avaliação do Cumprimento das Metas do Exercício Anterior;

Metas Fiscais Atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores;

Evolução do Patrimônio Líquido;

Origem e Aplicação dos Recursos obtidos com Alienação de Ativos;

Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos;

Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

Os modelos e conteúdos foram estabelecidos na regulamentação feita pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN.



Gabinete do Prefeito

**ANEXO 3**  
**LEI Nº 1.134/2009 - LDO PARA 2010**

**ANEXO DE RISCOS FISCAIS**

Riscos Fiscais são possibilidades de ocorrências de eventos que venham a impactar negativamente nas contas públicas.

O Anexo de Riscos Fiscais foi determinado pelo § 3º do art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal, com a finalidade de registrar e avaliar os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas e informar as providências a serem tomadas, caso eles se concretizem.

No exercício de 2010 poderão vir a acontecer fatos que impliquem nos seguintes riscos fiscais:

1. Não atingimento das metas de arrecadação de receitas em decorrência de:
  - a) Agravamento da crise econômica mundial, com reflexos maiores na economia nacional, provocando uma desaceleração da atividade econômica, incluindo redução do nível de arrecadação;
  - b) Flutuações nas taxas de câmbio e/ou aumento da taxa de juros, que tragam reflexos para a economia, implicando em aumento do custo do serviço da dívida (juros amortizados);
  - c) Ocorrência de índices inflacionários diferentes daqueles previstos, que venham a prejudicar as metas fiscais.
2. Ocorrência de epidemias, enchentes, secas, abalos sísmicos e outras situações de calamidade pública, ou emergencial, que impliquem em despesas não previstas, podem prejudicar as metas fiscais, especialmente o resulta primário.
3. Incremento da dívida previdenciária, decorrente de levantamentos decenais feitos pela fiscalização do INSS, que impliquem em novas confissões de dívida administrativa.
4. Ocorrência de decisões judiciais que impliquem em despesas não previstas ou orçadas em valor menor do que o montante imputado.



*Gabinete do Prefeito*

5. Baixo retorno da arrecadação da dívida ativa, no exercício de 2010, em decorrência de resposta insatisfatória dos esforços administrativos e demandas judiciais mais demoradas.

  
**WELISON JEAN MOREIRA SARAIVA**  
Prefeito Municipal

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2010**  
**ANEXO DE MATAS FICAIS**  
**AValiação DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCALS DO EXERCÍCIO ANTERIOR**

LRf, Art. 4º, §2º, inciso I

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2008 (a)	% PIB	Metas Realizadas em 2008 (b)	% PIB	R\$	
					Valor ©=(b-a)	Varição % (c/a)x100
Receita Total			28.411.905	0,049		
Receitas Primárias (I)			28.411.905	0,049		
Despesa Total			28.724.816	0,049		
Despesas Primárias (II)			28.724.816	0,049		
Resultado Primário (I-II)			-312.911	-0,001		
Resultado Nominal			1.375.634	0,002		
Dívida Pública Consolidada			1.282.583	0,002		
Dívida Consolidada Líquida			-1.375.634	-0,002		

Nota:  
 1- O valor do PIB do Estado de Pernambuco de 2008 foi informado pela Agência de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco - CONDEPE-FIDEM, através da home-page [www.condepefitem.pe.gov.br](http://www.condepefitem.pe.gov.br)

Ano	Taxa de Crescimento do PIB % *	Valor em (R\$)
2006	4,50%	53.031.944.000
2007	4,75%	55.550.961.000
2008	5,00%	58.328.509.000
2009	2,00%	59.495.079.000
2010	4,50%	62.172.358.000
2011	5,00%	65.280.976.000
2012	5,00%	68.545.025.000

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2010  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
METAS ANUAIS**

LRF, Art. 4º, § 1º

ESPECIFICAÇÕES	2010			2011			2012		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB)x100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (B/PIB)x100	Valor Corrente ©	Valor Constante	% PIB (c/100)x100
	R\$								
Receita Total	34.277.463	32.801.400	0,055	35.991.336	34.441.470	0,055	37.790.903	36.163.544	0,055
Receitas Primárias (I)	32.533.358	31.132.400	0,052	34.160.026	32.689.020	0,052	35.868.027	34.323.471	0,052
Despesa Total	34.277.463	32.801.400	0,055	35.991.336	34.441.470	0,055	37.790.903	36.163.544	0,055
Despesas Primárias (II)	34.101.197	32.632.724	0,055	35.806.256	34.264.360	0,055	37.596.569	35.977.578	0,055
Resultado Primário (I-II)	-1.567.839	-1.500.324	-0,003	-1.646.230	-1.575.340	-0,003	-1.728.542	-1.654.107	-0,003
Resultado Nominal	-306.632	-293.428	0,000	-343.104	-328.329	-0,001	-354.441	-339.178	-0,001
Dívida Pública Consolidada	1.161.623	1.111.601	0,002	1.105.442	1.057.839	0,002	1.050.170	1.004.947	0,002
Dívida Consolidada Líquida	-4.534.830	-4.339.550	-0,007	-4.877.934	-4.667.879	-0,007	-5.232.374	-5.007.056	-0,008

Notas:

1- A estimativa do valor do PIB do estado de Pernambuco de 2010 foi obtido a partir do PIB de 2006 (53.031.944,00), atualizado pela previsão de crescimento do PIB nacional. Fonte:

2- O valor projetado do PIB Estadual para os exercícios de 2009, 2010, 2011 e 2012 foram baseados na previsão da taxa de crescimento do PIB Nacional, conforme quadro demonstrativo abaixo

Ano	Taxa de Crescimento do PIB % *	Valor em Milhas (R\$)
2006	4,50%	53.031.944,000
2007	4,75%	55.550.961,000
2008	5,00%	58.328.509,000
2009	2,00%	59.495.079,000
2010	4,50%	62.172.358,000
2011	5,00%	65.280.976,000
2012	5,00%	68.545.025,000

\* Parâmetro da Secretaria de Planejamento Estratégicos - Ministério da Fazenda

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2010  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

LRF, Art. 4º, § 2º, inciso II

R\$

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2.007	2.008	%	2.009	%	2.010	%	2.011	%	2.012	%
Receita Total	28.411.905	28.411.905		32.801.400	15	34.277.463	5	35.991.336	5	37.790.903	5
Receitas Primárias (I)	28.411.905	28.411.905		31.055.400	9	32.533.358	5	34.160.026	5	35.868.027	5
Despesa Total	28.724.816	28.724.816		32.801.400	14	34.277.463	5	35.991.336	5	37.790.903	5
Despesas Primárias (II)	28.724.886	28.724.886		32.321.400	13	34.101.197	6	35.806.256	5	37.596.569	5
Resultado Primário (I-II)	-	(312.981)		(1.266.000)	304	(1.567.839)	24	(1.646.230)	5	(1.728.542)	5
Resultado Nominal		1.375.634		(2.852.564)	(307)	(306.632)	(89)	(343.104)	12	(354.441)	3
Dívida Pública Consolidada		1.282.583		1.224.867	(4)	1.163.623	(5)	1.105.442	(5)	1.050.170	(5)
Dívida Consolidada Líquida		(1.375.634)		(4.228.198)	207	(4.534.830)	7	(4.877.934)		(5.232.374)	7

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2.007	2.008	%	2.009	%	2.010	%	2.011	%	2.012	%
Receita Total	-	26.930.716		30.944.717	15	36.334.111	15	40.630.619	11	45.436.003	12
Receitas Primárias (I)	-	26.930.716		29.297.547	9	34.485.359	15	38.563.253	11	43.124.129	12
Despesa Total	-	27.227.314		30.944.717	14	36.334.111	15	40.630.619	11	45.436.003	12
Despesas Primárias (II)	-	27.227.380		30.491.887	12	36.147.269	16	40.421.682	11	45.202.355	12
Resultado Primário (I-II)	-	(296.664)		(1.194.340)	303	(1.661.909)	28	(1.858.429)	11	(2.078.226)	12
Resultado Nominal	-	1.303.918		(2.691.098)	(306)	(325.030)	(728)	(387.330)	16	(426.144)	10
Dívida Pública Consolidada	-	1.215.718		1.155.535	(5)	1.233.440	6	1.247.933	1	1.262.619	1
Dívida Consolidada Líquida	-	(1.303.918)		(3.988.866)	206	(4.806.920)	17	(5.506.700)	13	(6.290.883)	14

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2010  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

LRF, Art. 4º, § 2º, inciso III

	R\$			
	2.008	%	2.007	%
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>				
Reservas	-	-	-	-
Resultado Acumulado	(7.659.405)	-	-	-
<b>TOTAL</b>	(7.659.405)	-	-	100

<b>REGIME PREVIDENCIÁRIO*</b>				
	2.008	%	2.007	%
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>				
Patrimônio / Capital	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-
Resultado Acumulado	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	-	-	-	-

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2010**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM ALIENAÇÃO DE ATIVOS**

LRF, Art. 4º, §2º, inciso III

	R\$		
	2008 (a)	2007 (b)	2006
<b>RECEITAS REALIZADAS</b>			
RECEITAS DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
Alienação de Bens Móveis	0		
Alienação de Bens Imóveis	0		
TOTAL	0		
<b>DESPESAS LIQUIDADAS</b>			
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0	0	0
DESPESAS DE CAPITAL			
Investimentos			
Inversão Financeiras			
Amortização da Dívida			
DESP. CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA*			
Regime Geral de Previdência Social			
Regime Próprio de Servidores Públicos			
TOTAL			
<b>SALDO FINANCEIRO</b>			
	©=(a+b)+(f)	(f)=(d-e)+(g)	(g)
	0	0	0



**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2010  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS**

LRF, Art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea a

<b>RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>
RECIETAS CORRENTES			
	0		
Pessoal Civil			
Pessoal Militar			
Outras Contribuições Previdenciárias			
Compensação Previdenciária entre RGPS e RPPS			
Receita Patrimonial			
Outras Receitas Correntes			
RECEITA DE CAPITAL	-	-	
Alienação de Bens			
Outras Receitas de Capital			
REPASSE PREVIDENCIÁRIO RECEBIDOS PELO RPPS	-	-	-
Contribuição Patronal de Exercícios		-	-
Pessoal Civil			
Pessoal Militar			
Contribuição Patronal de Exercícios Anteriores	-	-	-
Pessoal Civil			
Pessoal Militar			
REPASSE PREVID. PARA COBERTURA DE DÉFICIT			
OUTROS APORTES AO RPPS			
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (I)	-	-	-

<b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>
ADMINISTRAÇÃO GERAL		-	-
Despesas Correntes			
Despesas de Capital			
PREVIDÊNCIA SOCIAL	-	-	-
Pessoal Civil			
Pessoal Militar			
Outras Despesas Correntes	-	-	-
Compensação Previd. de Aposent. RPPS e RGPS			
Compensação Previd. de Pensões entre RPPS e RGPS			
RESERVA DO RPPS			
TOTAL DE DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (II)	-	-	-
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (I-II)	-	-	-
DISPONIBILIDADE FINANCEIRAS DO RPPS			

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2010**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**PROJEÇÃO ATUARIAL DO RPPS**

LRF, Art.4º, § 2º, inciso IV, alínea a

R\$

EXERCÍCIO	REPASSE CONTRIBUIÇÃO PATRONAL (a)	RECEITAS PREVID.	DESPESAS PREVID.	RESULTADO PREVID.	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO
		Valor (b)	Valor ©	Valor (d)=(a+b-c)	(e)="(e" exerc. Anterior)+(d)
2.009				-	-
2.010				-	-
2.011				-	-
2.012				-	-
2.013				-	-
2.014				-	-
2.015				-	-
2.016				-	-
2.017				-	-
2.018				-	-
2.019				-	-
2.020				-	-
2.021				-	-
2.022				-	-
2.023				-	-
2.024				-	-
2.025				-	-
2.026				-	-
2.027				-	-
2.028				-	-
2.029				-	-
2.030				-	-
2.031				-	-
2.032				-	-
2.033				-	-
2.034				-	-
2.035				-	-
2.036				-	-
2.037				-	-
2.038				-	-
2.039				-	-
2.040				-	-
2.041				-	-
2.042				-	-
2.043				-	-

Fonte: Ministério da Previdência Social

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2010**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**PROJEÇÃO ATUARIAL DO RPPS**

LRF, Art.4º, § 2º, inciso IV, alínea a

EXERCÍCIO	REPASSE CONTRIBUIÇÃO PATRONAL (a)	RECEITAS PREVID.	DESPESAS PREVID.	RESULTADO PREVID.	R\$ SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO
		Valor (b)	Valor ©	Valor (d)=(a+b-c)	(e)="(e" exerc. Anterior)+(d)
2.009		1.360.924,88	2.533.872,26	(1.172.947,38)	(1.172.947,38)
2.010		1.304.470,16	2.696.312,05	(1.391.841,89)	(2.564.789,27)
2.011		1.220.766,19	3.009.788,72	(1.789.022,53)	(4.353.811,80)
2.012		1.172.842,54	3.151.072,47	(1.978.229,93)	(6.332.041,73)
2.013		1.123.168,79	3.282.875,10	(2.159.706,31)	(8.491.748,04)
2.014		1.067.726,96	3.424.787,61	(2.357.060,65)	(10.848.808,69)
2.015		975.635,92	3.769.495,21	(2.793.859,29)	(13.642.667,98)
2.016		891.992,41	4.027.103,42	(3.135.111,01)	(16.777.778,99)
2.017		840.473,89	4.157.572,48	(3.317.098,59)	(20.094.877,58)
2.018		782.405,75	4.320.762,72	(3.538.356,97)	(23.633.234,55)
2.019		718.717,22	4.477.860,35	(3.759.143,13)	(27.392.377,68)
2.020		625.523,76	4.781.059,68	(4.155.535,92)	(31.547.913,60)
2.021		540.935,22	5.008.525,20	(4.467.589,98)	(36.015.503,58)
2.022		479.612,10	5.151.003,38	(4.671.391,28)	(40.686.894,86)
2.023		409.865,36	5.326.411,83	(4.916.546,47)	(45.603.441,33)
2.024		351.987,97	5.446.524,97	(5.094.537,00)	(50.697.978,33)
2.025		303.711,61	5.537.973,20	(5.234.261,59)	(55.932.239,92)
2.026		255.445,78	5.615.264,68	(5.359.818,90)	(61.292.058,82)
2.027		186.888,24	5.747.352,72	(5.560.464,48)	(66.852.523,30)
2.028		143.467,76	5.775.917,06	(5.632.449,30)	(72.484.972,60)
2.029		116.787,06	5.749.320,24	(5.632.533,18)	(78.117.505,78)
2.030		80.577,03	5.759.281,46	(5.678.704,43)	(83.796.210,21)
2.031		57.268,55	5.711.228,27	(5.653.959,72)	(89.450.169,93)
2.032		35.954,27	5.650.510,73	(5.614.556,46)	(95.064.726,39)
2.033		25.003,43	5.549.789,59	(5.524.786,16)	(100.589.512,55)
2.034		20.658,16	5.412.524,07	(5.391.865,91)	(105.981.378,46)
2.035		14.689,97	5.275.645,35	(5.260.955,38)	(111.242.333,84)
2.036		11.206,78	5.121.513,55	(5.110.306,77)	(116.352.640,61)
2.037		4.512,03	4.973.389,71	(4.968.877,68)	(121.321.518,29)
2.038		4.405,84	4.794.892,93	(4.790.487,09)	(126.112.005,38)
2.039		3.328,19	4.615.976,52	(4.612.648,33)	(130.724.653,71)
2.040		2.284,17	4.433.183,13	(4.430.898,96)	(135.155.552,67)
2.041		1.257,68	4.246.379,25	(4.245.121,57)	(139.400.674,24)
2.042		679,69	4.054.329,69	(4.053.650,00)	(143.454.324,24)
2.043		618,75	3.857.381,54	(3.856.762,79)	(147.311.087,03)

Fonte: Ministério da Previdência Social

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2010**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA**

LRF, Art. 4º, § 2º, inciso V

	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA				R\$
	Tributo/Contribuição	2010	2011	2012	
SETORES/PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIOS					
TOTAL					

Nota:

1- O Município não tem previsão de efetuar renúncia de receita para o exercício de 2010, 2011 e 2012 por meio de incentivos fiscais, alterações de alíquotas, modificações de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, ou quaisquer outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2010**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATORIAS DE CARÁTER CONTINUADO**

LRF, Art. 4º, § 2º, inciso V

R\$

EVENTO	Valor Previsto 2010
Aumento Permanente de Receita	
(-) Transferências Constitucionais	
(-) Transferências ao FUNDEBE	
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	
Redução Permanente de Despesa (II)	
Margem Bruta (III)=(I+II)	
Saldo Utilizado na Margem Bruta (IV)	
Novas DDOC	
Novas DDOC geradas por PPP's	
Margem Líquida de Expansão de DDOC (III-IV)	

Notas:

1- O Município não tem previsão de efetuar expansão de despesa obrigatória de caráter continuado para o exercício de 2010.

**I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais da Receita**

**TOTAL DAS RECEITAS**

ESPECIFICAÇÃO - Portarias STN 248/2003	R\$		
	Realizado 2007	Realizado 2008	Projetado 2009
RECEITAS CORRENTES	-	28.181.905	31.791.400
Receita Tributária		590.684	759.000
Receitas de Contribuições		944.674	1.000.000
Receita Patrimonial		650.638	489.000
Aplicações Financeiras			145.000
Outras Receitas Patrimoniais			344.000
Receita de Serviços		7.851	412.000
Transferências Correntes		25.848.205	28.586.400,00
Cota-Parte do FPM		10.798.867	15.000.000
Transf. de Recursos do SUS - FMS			2.280.000
Outras Transferências Correntes		15.049.338	11.306.400
Outras Receitas Correntes		139.853	44.000
Receita da Dívida Ativa			12.000
Demais Receitas			
RECEITA DE CAPITAL		230.000	1.010.000
Operações de Créditos	-	-	
Alienação de Bens			100.000
Amortização de Empréstimos	-	-	
Transferências de Capital		230.000	910.000
Outras Receitas de Capital	-	-	-
<b>TOTAL GERAL DA RECEITA</b>	-	28.411.905	32.801.400

ESPECIFICAÇÃO - Portaria STN 248/2003	PREVISÃO - R\$		
	2010	2011	2012
RECEITAS CORRENTES	33.222.013	34.883.114	36.627.269
Receita Tributária	793.155	832.813	874.453
Receitas de Contribuições	1.045.000	1.097.250	1.152.113
Receita Patrimonial	511.005	536.555	563.383
Aplicações Financeiras	151.525	159.101	167.056
Outras Receitas Patrimoniais	359.480	377.454	396.327
Receita de Serviços	430.540	452.067	474.670
Transferências Correntes	29.872.788	31.366.427	32.934.749
Cota-Parte do FPM	15.675.000	16.458.750	17.281.688
Transf. de Recursos do SUS - FMS	2.382.600	2.501.730	2.626.817
Outras Transferências Correntes	11.815.188	12.405.947	13.026.245
Outras Receitas Correntes	45.980	48.279	50.693
Receita da Dívida Ativa	12.540	13.167	13.825
Demais Receitas	-	-	-
RECEITA DE CAPITAL	1.055.450	1.108.223	1.163.634
Operações de Créditos	-	-	-
Alienação de Bens	104.500	109.725	115.211
Amortização de Empréstimos	-	-	-
Transferências de Capital	950.950	998.498	1.048.422
Outras Receitas de Capital	-	-	-
<b>TOTAL GERAL DA RECEITA</b>	34.277.463	35.991.336	37.790.903

Nota:

1- Os parâmetros utilizados para se chegar aos valores projetados foram baseados na taxa de inflação do Índice de Preços ao Consumidor (IPCA), na taxa de crescimento do PIB nacional e nas ações econômico-financeiras e administrativas que serão tomadas por este município para obter uma melhoria na fiscalização e obtenção de recursos financeiros para os exercícios futuros.

I. a - Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Fontes de Receita

Receita Tributária

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$	VARIAÇÃO %
2007		
2008	590.684	
2009	759.000	28,50%
2010	793.155	4,50%
2011	832.813	5,00%
2012	874.453	5,00%

Receita da Dívida Ativa

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$	VARIAÇÃO%
2007		
2008		
2009	12.000	
2010	12.540	4,50%
2011	13.167	5,00%
2012	13.825	5,00%

Notas:

1- O aumento previsto para a Receita Tributária e Receita da Dívida Ativa provém da aplicação de uma política de intensificação da fiscalização na arrecadação dos tributos de competência municipal, o que refletirá num acréscimo de 15% nas projeções de 2009 a 2011.

2- As projeções para 2009, 2010, 2011 e 2012 foram realizadas considerando-se a taxa de inflação do IPCA previstas respectivamente em 4,50%, 4,50%, 4,50% e 4,50%. Também foi considerada a previsão da taxa de crescimento do PIB para 2009, 2010, 2011 e 2012 com os respectivos percentuais de 2,00%, 4,50%, 5,00%, e 5,00%. Estes parâmetros foram utilizados pela Secretaria de Planejamento Estratégico do Ministério da Fazenda e publicados no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias da União para 2010 encaminhado ao Congresso Nacional.

3- Desta forma, consideram-se no campo VARIAÇÃO % estas três variáveis (% IPCA, %PIB e intensificação na fiscalização tributária) para seus respectivos exercícios

4- O aumento da projeção para a arrecadação da Dívida Ativa de 2010 se deve pelo incremento da arrecadação de janeiro a junho. A evolução desta receita tem apresentado uma performance bastante positiva.

Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$	VARIAÇÃO%
2007		
2008	10.798.867	
2009	15.000.000	38,90%
2010	15.675.000	4,50%
2011	16.458.750	5,00%
2012	17.281.688	5,00%

### Transferências de Recursos do SUS

Metas Anuais	VALOR NOMINAL	VARIAÇÃO %
2007		
2008		
2009	2.280.000	
2010	2.382.600	4,50%
2011	2.501.730	5,00%
2012	2.626.817	5,00%

Notas:

1- As projeções das transferências para 2008, 2009, 2010 a 2011 foram realizadas considerando-se a taxa de inflação do IPCA prevista respectivamente em 4,50%, 4,50%, 4,50% e 4,50%. Também foi considerada a previsão da taxa de crescimento do PIB para 2009, 2010, 2011 e 2012 com os respectivos percentuais de 2,00%, 4,50%, 5,00% e 5,00%. Estes parâmetros foram utilizados pela Secretaria de Planejamento Estratégico do Ministério da Fazenda e publicados no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias da União para 2010 encaminhado ao Congresso Nacional

### Outras Receitas Correntes

Metas Anuais	VALOR NOMINAL	VARIAÇÃO %
2007		
2008	139.853	
2009	44.000	-68,54%
2010	45.980	4,50%
2011	48.279	5,00%
2012	50.693	5,00%

Notas:

1- Embora esta fonte de receita possuiu uma queda na comparação de 2007 para 2008, sua maior fonte de receita, a cobrança de créditos inscritos em dívida ativa, tem obtido um aumento expressivo. Com a intensificação da cobrança da dívida, esta fonte manterá um acréscimo linear.

### Receitas de Capital

Metas Anuais	VALOR NOMINAL	VARIAÇÃO %
2007		
2008	230.000	
2009	1.010.000	339,13%
2010	1.055.450	4,50%
2011	1.108.223	5,00%
2012	1.163.634	5,00%

Notas:

1- As receitas de capital tem como base as transferências de recursos advindos da União. As projeções para os exercícios de 2009, 2010 e 2011 são fundamentadas em convênios previstos pela Secretaria de Finanças e de Infraestrutura do Município.



## II - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais da Despesa

### TOTAL DE DESPESAS

CATEGORIA ECONOMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESA	Realizada 2007	Realizada 2008	Projetada 2009
DESPESAS CORRENTES	0	26.210.905	30.838.400
Pessoal e Encargos Sociais		15.383.991	17.554.000
Juros e Encargos da Dívida	0	0	
Outras Despesas Correntes		10.826.914	13.284.400
DESPESAS DE CAPITAL	0	2.513.911	1.963.000
Investimentos		2.513.911	1.483.000
Inversões Financeiras			
Amortização da Dívida			480.000
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0	0	
TOTAL	0	28.724.816	32.801.400

CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESA	PREVISÃO - R\$		
	2010	2011	2012
DESPESAS CORRENTES	32.226.128	33.837.434	35.529.306
Pessoal e Encargos Sociais	18.343.930	19.261.127	20.224.183
Juros e Encargos da Dívida			
Outras Despesas Correntes	13.882.198	14.576.308	15.305.123
DESPESAS DE CAPITAL	2.051.335	2.153.902	2.261.597
Investimentos	1.549.735	1.627.222	1.708.583
Inversões Financeiras		0	
Amortização da Dívida	501.600	526.680	553.014
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	342.774	359.913	377.908
TOTAL	34.277.463	35.991.336	37.790.903

Fonte:

1- Os valores projetados para outras despesas correntes foram baseados na projeção da taxa de inflação do índice de Preços ao Consumidor (IPCA) de 4,50%, 4,50%, 4,50% e 4,50% para os respectivos exercícios de 2009 a 2012. Também foi considerada a previsão da taxa de crescimento do PIB para os exercícios de 2009 a 2012 com os respectivos percentuais de 2,00%, 4,50%, 5,00% e 5,00%. Estes parâmetros foram utilizados pela Secretaria de Planejamento Estratégico do Ministério da Fazenda e publicados no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias da União para 2010 encaminhado ao Congresso Nacional.

## II.a - Metodologia de Memória de Cálculo da Despesa

### Pessoal e Encargos Sociais

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$	VARIAÇÃO %
2007		
2008	15.383.991	
2009	17.554.000	14,11%
2010	18.343.930	4,50%
2011	19.261.127	5,00%
2012	20.224.183	5,00%

Nota:

1- O aumento do volume de despesas identificado no Grupo de Natureza de Despesa Pessoal e Encargos Sociais se deve ao fato como o reajuste salarial dos servidores da ativa e dos proventos de aposentadoria dos inativos, obedecendo ao limite prudencial de despesa com pessoal do Município.

### Juros e Encargos da Dívida

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$	VARIAÇÃO %
2007		
2008	0	
2009	0	
2010	0	
2011	0	
2012	0	

Fonte:

1- A projeção para o pagamento de juros e encargos da dívida dar-se-á pela taxa de juros a longo prazo (TJLP%) de 13,7%, 13,6%, 13,6% e 13,6% com base nos valores amortizados respectivamente nos exercícios de 2009, 2010, 2011 e 2012.

2- As projeções da TJPL foram estimados pela Secretaria de Planejamento Estratégico do Ministério da Fazenda e publicados no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias da União para 2010 encaminhado ao Congresso Nacional.

### Reserva de Contingência

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$	VARIAÇÃO %
2007	0	
2008	0	
2009	0	
2010	342.774	
2011	359.913	5,00%
2012	377.908	5,00%

Nota:

1- Os valores fixados para a Reserva de Contingência terão a função de suprir dotações a serem utilizadas para pagamento de contingências do município, correspondendo a pelo menos 1% da receita Corrente Líquida.

III - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário

RESULTADO PRIMÁRIO

ESPECIFICAÇÃO	2.007	2.008	2.009	2.010	2.011	2.012
RECEITAS CORRENTES (I)	-	28.181.905	30.290.400	31.733.933	33.320.630	34.986.661
Receita Tributária	-	590.684	759.000	793.155	832.813	874.453
Receitas de Contribuições	-	944.674	1.000.000	10.045.000	10.547.250	11.074.613
Receita Patrimonial	-	650.638	489.000	511.005	536.555	563.383
Aplicações Financeiras (II)	-	-	145.000	151.525	159.101	167.056
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	344.000	359.480	377.454	396.327
Receita de Serviços	-	7.851	412.000	511.005	536.555	563.383
Transferências Correntes	-	25.848.205	28.586.400	29.872.788	31.366.427	32.934.749
Outras Receitas Correntes	-	139.853	44.000	45.980	48.279	50.693
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III)=(I)-(II)	-	28.181.905	30.145.400	31.582.408	33.161.528	34.819.605
Receitas correntes infra- orçamentária	-	-	-	-	-	-
RECEITA DE CAPITAL (IV)	-	230.000	1.010.000	1.055.450	1.108.223	1.163.634
Operações de Créditos (V)	-	-	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos (VI)	-	-	-	-	-	-
Alienação de Bens (VII)	-	-	100.000	104.500	109.725	115.211
Transferências de Capital	-	230.000	910.000	950.950	998.498	1.048.422
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-	-	-
RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (VIII)=(IV-V-VI-VII)	-	230.000	910.000	950.950	998.498	1.048.422
RECEITAS PRIMÁRIAS (IX)=(III+VIII)	-	28.411.905	31.055.400	32.533.358	34.160.026	35.868.027
DESPESAS CORRENTES (X)	-	26.210.895	30.838.400	32.226.128	33.837.434	35.529.306
Pessoal e Encargos Sociais	-	15.383.981	17.554.000	18.343.930	19.261.127	20.224.183
Juros e Encargos da Dívida (XI)	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	10.826.914	13.284.400	13.882.198	14.576.308	15.305.123
DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII)=(X-XI)	-	26.210.895	30.838.400	32.226.128	33.837.434	35.529.306
DESPESAS DE CAPITAL (XIII)	-	2.513.991	1.963.000	2.051.335	2.153.902	2.261.597
Investimentos	-	2.513.991	1.483.000	1.549.735	1.627.222	1.708.583
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida (XIV)	-	-	480.000	501.600	526.680	553.014
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XV)=(XIII-XIV)	-	2.513.991	1.483.000	1.549.735	1.627.222	1.708.583
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	-	-	-	325.334	341.600	358.680
DESPESAS PRIMÁRIAS (XVII)=(XII+XV+XVI)	-	28.724.886	32.321.400	34.101.197	35.806.256	37.596.569
RESULTADO PRIMÁRIO (IX-XVII)	-	(312.981)	(1.266.000)	(1.567.839)	(1.646.231)	(1.728.542)

Nota:

1- Os dados relativos as receitas e despesas foram extraídos das metas fiscais estabelecidas para as mesmas, conforme demonstrado anteriormente.

2- O cálculo da Meta de Resultado Primário obedeceu à metodologia estabelecida pelo Governo Federal, através das Portarias expedidas pelo STN - Secretaria do Tesouro Nacional, relativas às normas da contabilidade pública.

IV - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal

RESULTADO NOMINAL

ESPECIFICAÇÃO	2007 (b)	2008 ©	2009 (d)	2010 (e)	2011 (f)	2012 (g)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)		1.282.583	1.224.867	1.163.623	1.105.442	1.050.170
DEDUÇÕES (II)	-	2.658.217	5.453.065	5.698.453	5.983.376	6.282.544
Ativo Financeiro		5.218.244	5.453.065	5.698.453	5.983.376	6.282.544
Haveres Financeiros						
(-) Restos a Pagar Processados		2.560.027	-	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III)=(I-II)		(1.375.634)	#####	#####	(4.877.934)	(5.232.374)
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)		-	-	-	-	-
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)		-	-	-	-	-
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III+IV+V)		(1.375.634)	#####	#####	(4.877.934)	(5.232.374)
RESULTADO NOMINAL	(b-a*)	(c-b)	(d-c)	(e-d)	(f-e)	(g-f)
		1.375.634	#####	(306.632)	(343.104)	(354.441)

Notas:

1- O cálculo das Metas Anuais relativas ao resultado Nominal foi efetuado em conformidade com a metodologia estabelecida pelo Governo Federal, normatizada pela STN - Secretaria do tesouro Nacional.

\*: Refere-se ao valor da Dívida Consolidada Líquida do exercício orçamentário anterior ao realizado no exercício de 2009.

V - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida Pública

MONTANTE DA DÍVIDA

ESPECIFICAÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011	2012
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	-	1.282.583	1.224.867	1.163.623	1.105.442	1.050.170
Dívida Mobiliária						
Outra Dívidas		1.282.583	1.224.867	1.163.623	1.105.442	1.050.170
DEDUÇÕES (II)		2.658.217	5.453.065	5.698.453	5.983.376	6.282.544
Ativo Disponível		5.218.244	5.453.065	5.698.453	5.983.376	6.282.544
Haveres Financeiros						
(-) Restos a Pagar Processados		2.560.027	-			
DCL (III)=(I-II)	-	(1.375.634)	(4.228.198)	(4.534.829)	(4.877.933)	(5.232.374)

Nota:

- 1- Se as deduções forem maiores que o montante da Dívida Consolidada, o valor da Dívida Consolidada Líquida será igual a zero.
- 2- Para preenchimento do campo da Dívida Consolidada foram consideradas as projeções de amortização conforme demonstrativo abaixo:

	2008	2009	2010	2011	2012
INSS					
FGTS					
IPSEP					
PRECATÓRIOS					
OUTRAS DÍVIDAS	1.282.583,0	1.224.867	1.163.623	1.105.442	1.050.170
TOTAIS	1.282.583,0	1.224.867	1.163.623	1.105.442	1.050.170

- 3- A projeção do Ativo Disponível e dos Haveres Financeiros de 2009 foi elaborado da seguinte forma:

	Valores em (R\$)
Disponibilidade de Caixa 2008	5.218.244
Realizável de 2008	-
(=) Ativo Financeiro de 2008	5.218.244
(-) Restos a Pagar Processados	2.560.027
(=) Saldo Financeiro de 2008	2.658.217
(+) Resultado Primário provável para 2009	
(=) Saldo Financeiro projetado para 2009	
(+) Restos a Pagar pagos até junho de 2009	
(=) Disponibilidade Financeira projetada para 2009	